



60 MIL NOVOS FILIADOS PCdoB atinge meta para a legalidade

Na semana passada, o Partido Comunista do Brasil — PC do B — cumpriu mais uma importante etapa no processo de obtenção de seu registro definitivo de acordo com a atual legislação arbitrária que rege a vida dos partidos políticos no Brasil: em nove Estados da Federação, o partido conseguiu completar o número de filiados em pelo menos 20% dos municípios, atingindo o número de 60 mil filiações no conjunto do país. Agora, o calendário prevê a realização das convenções municipais no próximo dia 31 de janeiro, as convenções regionais no dia 13 de março e a convenção nacional, no dia 4 de abril. Leia na página 8.

Foto: César Diniz

EDITORIAL

Limites da paciência

A Fiesp marcou dois tentos importantes nos últimos dias. Forçou a efetivação de Mailson da Nóbrega — um homem inteiramente submisso às suas ordens — no Ministério da Fazenda, e conseguiu que seu braço na Constituinte — o “centrão” — obtivesse preferência para votação de suas 11 emendas a títulos inteiros do texto anteriormente aprovado na Comissão de Sistematização.

Com isto, a democracia, a nação e, principalmente, os trabalhadores, tiveram suas dificuldades agravadas. Todo o trabalho, desde a instalação da Constituinte, em fevereiro de 87, pode ir por água abaixo em umas poucas votações, se funcionar o rolo compressor preparado pelo “direitão”. E, em consequência, pode surgir uma nova Carta Magna, ultrapassada e repudiada pelo povo já no momento de sua promulgação.

O senador Afonso Arinos, jurista de grande saber, indica que as constituições são de dois tipos. Uma servem para consagrar mudanças na sociedade, afinadas com o desenvolvimento histórico. Outras, de inspiração reacionária, tratam de frear as transformações sociais objetivamente necessárias. Neste caso, diz o mestre, apesar de sua formação conservadora, o caminho revolucionário se impõe, para forjar novas estruturas políticas e jurídicas adequadas à realidade.

Os empresários, com a Fiesp à frente, não devem ignorar esta verdade: Mas como classe que se beneficia de um regime já caduco, não querem e não podem adotar outra lógica senão esta, de apelar para as mais desatinadas saídas, visando sufocar a marcha do progresso.

Nesta situação, os trabalhadores sentem que a tendência da Constituinte é principalmente para se dobrar às imposições do “direitão”. Mas nem por isto podem cair no desânimo de certas correntes que, intempesti-

vamente, concluem que “não adianta nada” participar da batalha.

Não se pode alimentar ilusões com os resultados de uma Assembleia com a composição conservadora como a atual. Mas, o combate dia-a-dia por conquistas democráticas não tem apenas o valor imediato de obter esta ou aquela formulação que consagre direitos essenciais. Estes embates elevam a consciência política do povo, revelam com clareza a posição de cada setor social, criam condições mais favoráveis para as soluções radicais que a teimosia da burguesia acaba colocando na ordem do dia.

A direita conseguiu um grau de articulação acima das expectativas. Mas os próprios parlamentares envolvidos no “centrão” já sentiram como cresce na população o repúdio às suas posições. Por isto, muitos tratam de camuflar a sua participação. E, com o avanço das denúncias das manobras e do conteúdo das emendas, é de se esperar que muitas das assinaturas exibidas com tanta pompa na fase atual, não se convertam em votos no plenário.

Por tudo isto, é forçoso reconhecer que as perspectivas da Constituinte são ruins. Mas não há porque abandonar o campo, enquanto existem condições de luta. As forças progressistas já deixaram claro, mais de uma vez, que não estão dispostas a carregar o defunto se os reacionários insistem em usar o ferro-lho para impor uma Carta antipovo e antinacional. As negociações para o bom andamento dos trabalhos estão necessariamente limitadas pelas fronteiras da democracia. Fora disto, os patrocinadores do “direitão” terão que se explicar nas ruas, diante do inevitável grito de revolta dos brasileiros.

Nesta conjuntura conturbada, vale ainda ressaltar o triste papel do sr. Sarney, que além de ajudar tudo que é contra o povo, ainda insiste na busca desesperada de um mandato de cinco anos.

CONSTITUINTE: SARNEY VOLTA A INSISTIR NOS 5 ANOS

317 deputados assinaram a emenda que modifica o projeto da Comissão de Sistematização e confere 5 anos de mandato para o presidente. Veja como Sarney articulou com a direita sua contra ofensiva na Assembleia e saiba quais as possibilidades de que ela obtenha êxito duradouro. Página 3.



Mais de 2 mil palestinos foram presos em um mês

Terrorismo de Israel não consegue esmagar luta dos palestinos

O governo sionista ficou absolutamente isolado a nível internacional devido às atrocidades que comete nas regiões ocupadas de Gaza e Cisjordânia. Israel cercou os campos e impediu o acesso da imprensa. P.2.

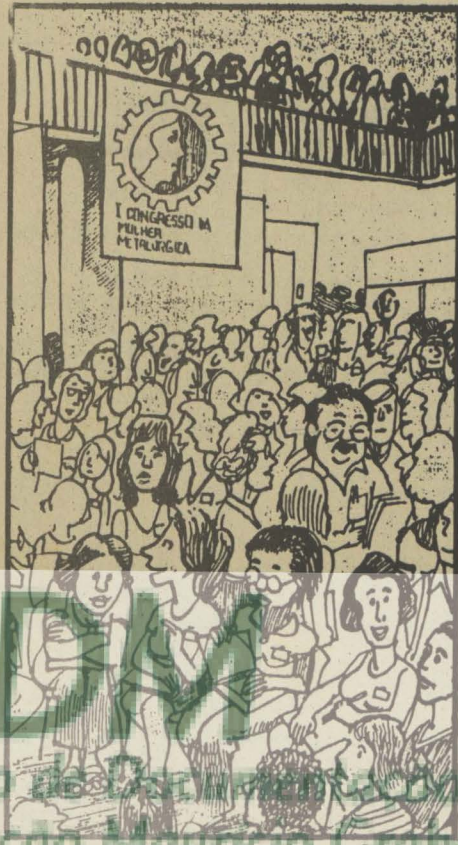
O que é bom para o FMI é também bom para o Brasil?

É preciso uma boa dose de hipocrisia e, sem dúvidas, muita cara-de-pau (mas muita mesmo) para sustentar que recorrendo ao FMI o Brasil vai se dar bem, pois passem: até evitará a recessão. Mas há quem possua tais qualidades. O atual ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, fez afirmações do tipo. De público e sem querer ser (ou parecer) hilariante. A experiência brasileira (e de outros países) mostra que o senhor ministro mente ou, para dizer de forma branda, diz coisas que não correspondem à verdade. O FMI não mudou e impõe a recessão. Leia na página 4.

Plenária nacional da CGT faz balanço e define os rumos

Com a previsão de mais de 800 sindicatos presentes, a plenária da Central Geral dos Trabalhadores, no próximo dia 30, promete ser quente. Além de aprovar o plano de lutas para 88, discutir as relações internacionais e traçar as metas financeiras, o encontro fará avaliação crítica da atuação. A tendência é de se aprovar repúdio às posições direitistas dos líderes do chamado “sindicalismo de resultado”. Página 6

Metalúrgicas avaliam luta



Depois de dez anos da realização do congresso das mulheres metalúrgicas de São Bernardo do Campo, em São Paulo, patrocinado pelo Sindicato local, as participantes do evento fazem um retrospecto da situação e concluem que as questões levantadas apenas se agravaram. A reporter Olívia Rangel ouviu a avaliação e relata à Tribuna Operária os problemas, as discriminações e a luta das mulheres do ABC. Leia na página 8.

ORIENTE MÉDIO

A bravura dos palestinos

Reinado de terror. É o mínimo que se pode afirmar sobre as condições em que estão sendo tratados os palestinos que vivem nos territórios de Gaza e Cisjordânia, ocupados por Israel desde a Guerra dos Seis Dias, em 5 de junho de 1967. O povo palestino não é suicida. Luta pela vida. E nessa luta é atacado pelos sionistas. Na atual rebelião — iniciada em 6 de dezembro — já se aproxima dos 40 o número de palestinos mortos a tiros pelos sionistas, e mais de 200 feridos.

Os números são todos espetaculares. São mais de 2 mil prisioneiros. E agora, as deportações. No dia 13, quatro palestinos foram expulsos de Gaza, apesar dos protestos internacionais. A deportação de civis de regiões militarmente ocupadas por tropas estrangeiras fere as normas internacionais. Mas em sua sanha terrorista o governo do Yitzhak Shamir está expulsando os palestinos mesmo dos campos de concentração onde estão confinados. Nenhum governo aceitou receber os deportados. Os sionistas não se fizeram de rogados: levaram os quatro palestinos para o sul do Líbano — também ocupado militarmente por Israel — e lá os abandonaram à própria sorte. Desde a ocupação, há 20 anos, mais de mil palestinos foram expulsos dos dois territórios.

Um dos deportados, Adil Bechir Mafa Hamad, de 27 anos, vivia no campo de refugiados de Kalandia, numa casa completamente isolada por altos muros, erguidos pelos sionistas em represália contra a militância oposicionista da família. Dois de seus irmãos estão presos.

A selvageria dos sionistas está deixando indignados mesmo alguns soldados israelenses. É o caso de J.R. (só se identificou com as iniciais do nome) que, após participar de uma ação repressora em Gaza, confessou: “Eu me sentia como num filme da II Guerra, com a suástica no braço, invadindo as casas para fazer buscas”.

No caso dos adeptos do sionismo, a suástica foi substituída pela estrela de Davi. E as atrocidades que milhões de judeus sentiram na carne durante o III Reich foram agora transferidas para os palesti-

nos. Na Cisjordânia, para impedir o apedrejamento de um veículo do Exército, os sionistas amarraram no capô do veículo dois árabes, que seriam as primeiras vítimas das pedras que fossem lançadas...

Isolamento do governo sionista

Isolado internacionalmente, o governo de Shamir começou a sofrer oposição mesmo dentro das fronteiras de Israel por sua política de terra arrasada contra o povo palestino. Até em Tel Aviv e Jerusalém ocorrem manifestações de protesto, com a participação crescente de judeus que se solidarizam com os despojados palestinos.

Desde o início da atual onda de protesto nos territórios ocupados, Israel já sofreu duas condenações formais da Organização das Nações Unidas — uma pela deportação de civis e outra pela repressão militar. Até mesmo os Estados Unidos — principal avalista da política racista de Israel — apoiaram as condenações. O governo israelense proibiu a visita de um observador da ONU — Marrack Goulding — aos campos de refugiados. E apertou a censura a ponto da Associação de Imprensa Estrangeira protestar: “Estamos cada vez mais contrariados ao sentir que nosso acesso aos campos está sendo limitado”.

E pelo jeito os sionistas têm realmente muito o que esconder sobre a realidade em que vivem os 630 mil palestinos que habitam os 300 Km² da faixa de Gaza. Para ele estão reservados os serviços menos qualificados e os salários mais



Cercada de arame farpado no campo de Ansar, Gaza, a palestina confla na vitória de seu povo

aviltados — e são 106 mil os palestinos dos campos de refugiados que diariamente vão trabalhar em Israel e depois retornam para seus guetos. No total, em Gaza e Cisjordânia, vivem mais de 2 milhões de palestinos. E, segundo o jornal Al Fajr, de Tel Aviv, Israel lucra 200 milhões de dólares por ano nas regiões ocupadas!

Bombas contra a população civil

Mas o líder dos racistas de Israel viu-se obrigado a admitir as condições subumanas nos campos ocupados. “Não há justificativa para que os palestinos continuem vivendo nesses campos nas condições

teríveis em que vivem há mais de 40 anos. Israel está disposto a investir para construir alojamentos”. Foi Shamir que fez essa declaração, e em seguida proibiu os repórteres de irem aos campos. O líder da Organização pela Libertação da Palestina, Yasser Arafat, deu o troco: “Nosso povo não precisa de planos de alojamentos e sim de que Israel e seus colonos abandonem nossa pátria”.

Tratando esse povo como uma sub-raça fornecedora de mão-de-obra barata, os sionistas não escondem também o desejo de aniquilá-la por completo. É o que deixa expresso o chefe do Estado sionista, Yitzhak Shamir, ao afirmar: “Esta guerra não tem fim. Temos de ganhá-la geração após geração. Israel não sairá jamais dos territórios ocupados e jamais permitirá a criação de um Estado palestino”.

E se é crescente o repúdio que causa a política segregacionista e opressora de Israel, é crescente também a exigência de uma repressão ainda mais brutal, da parte dos ministros militares de Shamir. Helicópteros lançam bombas de gás lacrimogêneo sobre os acampamentos nas áreas ocupadas. Bombas de novo tipo, fornecidas pelos Estados Unidos, e potencialmente mortais. Uma dessas bombas explodiu

perto do barraco de Shukriyeh Hafez Foriz, uma jovem grávida. Ela foi internada às pressas, com intoxicação, num hospital. Deu à luz um menino, e morreu em seguida.

Os soldados sionistas já não têm como circular pelos campos. Cercaram-nos e bombardeiam de helicópteros. Os destemidos palestinos já não medem consequências na luta pela vida livre. Estão em greve geral desde dezembro. Cercados, sofrem problemas para conseguir alimentação. Até a Universidade de Bir Zeit e as escolas foram fechadas pelos sionistas.

Enfrentando os tanques com pedras

Essas medidas só fazem crescer a indignação e revolta dos jovens — e mais de 70% dos participantes dos atuais protestos têm menos de 25 anos. Abdullah Mahamoud Saleh, de 18 anos, dá a medida do que ocorre nos campos de refugiados: “Vinte anos de ocupação já bastam. Queremos liberdade. Queremos uma nação palestina. Não temos armas. Devemos enfrentar o inimigo com pedras”. Fala com a certeza dos que constroem a história com as próprias mãos. (Carlos Pompe)

Terremoto na Albânia

Um violento terremoto abalou, dia 9, a cidade de Tirana, capital da Albânia. As informações da imprensa dão conta que o tremor registrou 5,5 graus na escala Richter (de nove). Segundo Gemic Kondi, da Agência Telegráfica Albanesa, “ninguém ficou desabrigado e nenhuma casa foi atingida. O terremoto foi forte mas tivemos poucos danos”.

Aproveitando-se do terremoto, a imprensa burguesa voltou a destilar veneno contra o país socialista dos Balcãs. Voltam as ladainhas sobre o suposto “isolamento” da Albânia — a “Folha de S. Paulo” chega a afirmar que o país tem relações diplomáticas “com apenas 16 países”. Para dar um tom de seriedade à difamação, diz que o dado é de “julho do ano passado”. Na realidade, a Albânia mantém relações diplomáticas com 95 países, inclusive o Brasil.

Perseguição iugoslava

As autoridades de ensino da Macedônia decidiram, na véspera do ano escolar, abolir do curso secundário o ensino da língua albanesa e fecharam as classes de alunos albaneses. Em substituição, foram criadas “classes mistas”, de alunos macedônios e albaneses, onde se dão aulas apenas na língua macedônia. Alunos e professores albaneses boicotaram as aulas e se opuseram à formação de classes mistas e ao ensino exclusivo da língua macedônia, segundo o jornal “Flaka Ul-laznimit”, de Skoploje. As autoridades não tardaram com as represálias: demitiram professores e expulsaram 26 alunos. Os estudantes e professores das classes mistas não podem utilizar a língua albanesa sequer em conversações livres!

Pernas curtas

O suposto guerrilheiro, apresentado pelo presidente Napoleón Duarte às câmaras de TV salvadorenha para testemunhar que o assassinato de um militante de direitos humanos foi encomendado pela guerrilha, revelou que foi drogado e subornado pela polícia. Jorge Miranda Arevalo, de 19 anos, revelou que recebeu 2.400 dólares para acusar a guerrilha pela televisão. A própria mãe depois contra o filho, dizendo que ele estava de cama no dia 26 de outubro, quando Herber Anaya, presidente da Comissão de Direitos Humanos, foi baleado ao levar os filhos à escola.

Medo da verdade

A Comissão Internacional de Verificação e Acompanhamento do acordo de paz na América Central concluiu dia 9 sua visita de dois dias a Honduras ouvindo muitas críticas ao governo do presidente José Azcona Hoyo. Sindicatos e outras entidades democráticas denunciaram que “não há o mínimo interesse por parte dos atuais governantes em cumprir os compromissos assumidos na assinatura do acordo da Guatemala”.

Hoyo só permitiu uma verificação incondicional no país, por parte da comissão, na quinta-feira à noite, depois que a maioria dos integrantes do grupo — integrado por representantes da ONU, OEA e países membros dos grupos de Contadora e Apoio — já haviam deixado o país.

Sabotagem burguesa

O presidente Alan Garcia, do Peru, ordenou que fiscais do governo investiguem 52 indústrias na tentativa de impedir a retenção de mercadorias por parte de empresas — principalmente multinacionais — interessadas em desestabilizar seu governo. No dia 6, o governo peruano decretou a intervenção na empresa Perulac, subsidiária da Nestlé — a empresa estava escondendo 109 mil latas de leite em pó — produto que está em falta para o consumo dos peruanos.

Entregue aos avós

A Justiça da Argentina restituiu a seus familiares a menina Maria Victória Mayano Artigas, de 9 anos, descendente do libertador uruguaio José Artigas e filha de pais “desaparecidos” durante a ditadura militar (1976-1983). Ela nasceu num centro de torturas, em 25 de agosto de 1978, durante o cativeiro da mãe, Maria Artigas de Moyano. Maria foi sequestrada pelos militares junto com o marido em 30 de dezembro de 1977, grávida de dois meses e meio. Depois do nascimento da criança, um dos torturadores, Antonio Pena, entregou-a a um irmão, que a registrou como filha legítima. O pai de Maria Victória foi assassinado três meses antes do nascimento da criança; sua mãe chegou a tê-la nos braços apenas por um dia.

CHILE

Intensificando a luta por eleições

O Partido Comunista Chileno (Ação Popular) divulgou uma declaração pública, pela passagem de ano, propondo uma decidida unidade e luta e clamando pelo fim da ditadura. Diz, entre outras coisas, o comunicado:

“1988 deve ser o ano que o povo seja capaz de enfrentar as tarefas políticas com unidade e capacidade de organização e luta, de maneira que de uma vez por todas golpeie até destruir o regime antinacional, assassino e esfomeador da di-

tadura militar fascista que nos explora e domina.

“Diante do justo reclamo de unidade nascido do próprio povo, conclamamos a reativar com novas forças e estilo a campanha por ‘Eleições Livres’, aspiração assumida pelas amplas maiorias nacionais, assim como a inscrição nos registros eleitorais e para isso é necessário:

“1 — Realizar uma constante e combativa mobilização a nível da base popular e não

só de ‘dirigentes’, a que ade-mais do tema específico de ‘Eleições Livres’ e da inscrição nos registros eleitorais, deve desenvolver a luta pelos problemas concretos que afetam a cada setor de nosso povo.

“2 — Tomar e fazer tomar consciência de que a luta por ‘Eleições Livres’ forma parte do combate geral pela derrubada da ditadura e que pode e deve tomar diversas expressões e níveis de combatividade de acordo com o desenvolvimento da organização e consciên-

cia popular, mas devemos acentuar a massividade e resolução da luta do povo, rechaçando o semear falsas e desmobilizadoras idéias em relação a conquistar a democracia sem luta aberta, só com os votos. Devemos preparar-nos para impor os resultados eleitorais na rua, Pinochet e os fascistas fraudarão e desconhecerao os verdadeiros resultados.

“O PC (AP) hoje, como ontem, está disposto a unir seus esforços junto aos que querem um Chile sem fascismo, aos

que lutam pelas liberdades democráticas, por isso, junto ao impulso de toda luta popular, levantamos a Frente Ampla de Libertação — FAL —, como uma instância ampla e unitária para todo o povo. Tudo isto o fazemos sem ocultar à classe operária e ao povo que, junto à tarefa de por fim ao regime fascista, está a perspectiva Democrática Popular, a Revolução Socialista, que significará em definitivo a verdadeira libertação do povo e a construção de uma autêntica justiça social.”



Repressão no Chile: luta por eleições livres pode unificar a oposição à ditadura militar

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo

Anual (52 edições) Cz\$ 2.500,00

Anual popular (52 edições) Cz\$ 1.250,00

Semestral (26 edições) Cz\$ 1.250,00

Semestral popular (26 edições) Cz\$ 625,00

Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda

Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo

CEP 01318



CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

CONJUNTURA

O contra-ataque de Sarney

Em busca de uma saída contra as diretas em 88, o presidente faz novas concessões às forças reacionárias, anuncia a volta ao FMI e satisfaz os apetites fisiológicos do “centrão”. Obtém em troca certo apoio. Mas é plenamente possível cortar a contra-ofensiva palaciana, se as forças progressistas não descartarem a mobilização popular e se souberem aproveitar as contradições da direita.

O cantor evangélico, líder da “Assembléia de Deus” e deputado peemedebista, Mathews Iensen, certamente surpreendeu a muitos quando se dirigiu à sala de recebimento de emendas da Constituinte, às 19h45 do último dia 13 e apresentou projeto subscrito por 317 parlamentares para alterar o texto da Comissão de Sistematização e restabelecer o mandato de 5 anos para o presidente Sarney. Afinal de contas, até há poucas semanas aqueles que ainda não compreenderam o dinamismo e a instabilidade da conjuntura política brasileira atual desprezavam inteiramente qualquer possibilidade de alteração da tendência em favor de eleições presidenciais em 88.

A apresentação do projeto de Iensen não foi, entretanto, o único fato que as forças reacionárias comemoraram na última quarta-feira. Algumas horas mais tarde, o agrupamento direitista apelidado de “centrão” entregava aos funcionários da mesma sala um conjunto de 11 emendas que modificam todo o anteprojeto da Sistematização. Como estas propostas também foram endossadas por mais de 280 assinaturas, e como o “centrão” havia modificado, na semana anterior, pontos fundamentais do regimento da Assembléia, elas também deverão contar assim como o mandato de 5 anos, com preferência automática na fase decisiva das votações em plenário, que inicia dia 27.

Mas como o presidente, que vinha sendo hostilizado abertamente por todas as forças políticas, conseguiu recuperar pelo menos parte de sua base na Assembléia? E quais as possibilidades que ele tem de sustentar esta recuperação inicial por um prazo razoável e, mais que isso, de transformá-la concretamente em votos capazes de mantê-lo à frente do governo até o início de 1990?

CONSTITUINTE

As emendas do PCdoB

Apesar das limitações impostas pelo Regimento Interno do “centrão”, que permite que cada Constituinte apresente apenas quatro emendas individuais nesta fase dos trabalhos, a bancada do PC do B na Assembléia Nacional Constituinte procurou aproveitar ao máximo as suas 20 emendas, apresentando propostas no sentido de aprimorar o texto constitucional e garantir algumas conquistas fundamentais para o povo brasileiro. Agora, a luta se deslocará para o terreno regimental, com o objetivo de obter o maior número possível de assinaturas para os pedidos de preferência a essas emendas, com a finalidade de fazer com que as propostas dos comunistas sejam discutidas e votadas pelo Plenário da Constituinte.

Nas questões políticas, a bancada comunista apresentou emendas propondo o aumento do número de vereadores nas cidades de 1 a 5 milhões de habitantes, a extinção do chamado entulho autoritário, como a Lei de Segurança Nacional, o SNI e a obrigatoriedade de publicação dos decretos secretos, a criação do Ministério da Defesa, a redefinição do papel constitucional das Forças Armadas, a marcação de eleições diretas para presidente da República, 120 dias após a promulgação da Constituição, a criação de uma bancada partidária, composta por operários e camponeses eleitos pelos sindicatos e a definição do princípio constitucional de que o Brasil não

Enormes concessões à direita e aos fisiológicos

Quem analisar atentamente os fatos políticos principais das últimas semanas compreenderá que as 317 assinaturas angariadas por Iensen, mais do que um acontecimento fortuito, são o resultado de dois movimentos importantes desenvolvidos pelo Palácio do Planalto: primeiro, um novo e ainda mais grave deslocamento para a direita; segundo, a decisão de atender de vez os apetites fisiológicos de boa parte dos membros da Constituinte, e de costurar, com base nesses apetites, uma aliança mais sólida com o “centrão”.

Os primeiros acenos à direita foram feitos com a efetivação de Mailson da Nóbrega no Ministério da Fazenda. Desde que tomou posse, o novo ministro não fez outra coisa a não ser assumir seguidos compromissos com o grande capital e com os credores do país. Prometeu acelerar o processo de privatização das estatais e livrar os empresários do controle estatal sobre a economia; afastou a hipótese de adotar qualquer plano mais ousado para a economia; garantiu que o país voltaria ao FMI e determinou aos negociadores brasileiros que estão em Nova Iorque que tornassem secretos seus entendimentos com os bancos estrangeiros.

Mailson vem a S. Paulo e recebe apoio da FIESP

Os credores e os líderes empresariais corresponderam a estas concessões aliviando os ataques que faziam ao governo, e demonstrando certa

manterá relações diplomáticas com países que pratiquem políticas segregacionistas.

Em relação aos direitos sociais dos trabalhadores, foram propostas a estabilidade no emprego, a extensão dos benefícios da Previdência Social a todos os aposentados, o reajuste automático de salários, proventos e pensões sempre que a inflação atingir 10%, a jornada de trabalho de 40 horas semanais e a comissão de fábrica.

No terreno econômico, a bancada do PC do B apresentou emendas sobre a reforma agrária, estabelecendo a imissão automática na posse da terra desapropriada e limites máximos e mínimos para as propriedades rurais, a definição de empresa nacional como aquela constituída exclusivamente por brasileiros, a suspensão do pagamento da dívida externa e a realização de uma auditoria dessa dívida pelo Congresso Nacional.

A bancada do PC do B apresentou, ainda, emendas propondo que as verbas públicas sejam destinadas, exclusivamente, às escolas públicas, a integração à administração civil da aviação civil e suas infra-estruturas, a limitação da exploração mineral em terras indígenas, a transferência da Comissão Nacional de Energia Nuclear para o Ministério da Ciência e Tecnologia e a garantia do controle econômico dos artistas, criadores e intérpretes sobre as obras que criarem ou de que participarem.



Iensen propõe os 5 anos e debocha. O povo vai agüentar isso?

“boa-vontade”. No final da semana, a imprensa comentou que o governo Reagan havia interferido dias antes junto aos banqueiros americanos para que abandonassem suas exigências e facilitassem o início de negociações com o governo brasileiro sobre a rolagem da dívida. E no dia 13, ao deslocar-se para S. Paulo, Mailson recebeu simpática acolhida dos dirigentes da FIESP e da Federação do Comércio. Menos de um mês antes, estes mesmos dirigentes haviam assegurado que partiriam para a “desobediência civil” caso um novo pacote voltasse a congelar os preços.

No terreno parlamentar, Sarney amainou as críticas da direita em duas reuniões, nas quais deixou claro que fará, agora mais que nunca, um “governo de amigos”, e que as torneiras dos cofres públicos estarão disponíveis para todos aqueles que derem seu apoio ao mandato de 5 anos. Uma dessas reuniões, realizadas no dia 3 no Palácio da Alvorada com a presença dos principais líderes do “centrão”, foi qualificada até mesmo pelo colunista conservador Carlos Chagas como um degradante “festival de fisiologia”. Durante todo o tempo, o “centrão” bombardeou o presidente com pedidos de nomeação, e ainda antes que o encontro terminasse, este comunicou que o deputado Ro-

berto Cardoso Alves será premiado com a possibilidade de indicar um membro para a diretoria da Caixa Econômica Federal.

Sarney determina: todos os cargos para o “centrão”

Dois dias depois, também na residência oficial do presidente da República, Sarney reuniu seus “ministros de confiança” (Antônio Carlos Magalhães, Prisco Vianna, Ronaldo Costa Couto, Aníbal Teixeira, Íris Rezende, Jader Barbalho e João Alves) e mais o líder do governo na Constituinte, Carlos Sant’Anna. Pôde então comunicar a todos que a partir de agora os cargos que vagarem nos escalões principais do governo federal deverão ser sempre preenchidos por pessoas indicadas pelo “centrão”. Falou-se inclusive na possibilidade de nomear o deputado Gastone Righi (PTB-SP) para o Ministério do Trabalho, quando Almir Pazzianotto deixá-lo para disputar a prefeitura de S. Paulo.

O resultado desse amplo conjunto de ações foram os êxitos da direita no dia 13. É necessário ressaltar que foi decisiva para a ação dos reacionários a colaboração explícita do deputado Ulysses Guima-

rães, que prorrogou arbitrariamente, nesse dia, o prazo para a apresentação de emendas ao projeto da Comissão de Sistematização (veja quadro a respeito).

O avanço alcançado pelo presidente e pelas forças mais retrógradas e fisiológicas não pode ser suficiente, entretanto, para abalar o ânimo dos combatentes progressistas que sabem enxergar na realidade algo além das aparências. Primeiro, porque as próprias notícias que relatam os sucessos da frente direitista revelam as gravíssimas contradições que se acumularam entre elas. Para angariar as 280 adesões a cada um de seus projetos, o “centrão” teve de fazer modificações importantes em suas propostas iniciais, o que descontentou muitos dos adeptos do grupo. Tanto é assim que no próprio dia 13, líderes centronistas enfrentavam dificuldades para acertar com outras correntes conservadoras um plano de atuação conjunta no plenário para o momento em que forem votados os direitos dos trabalhadores.

A ofensiva é frágil e está contra o sentimento do povo

Segundo, e ainda mais importante, porque nas ruas pa-

rece alastrar-se, ao invés de refluir, o sentimento oposicionista. O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) relatou no dia 11 que o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, tem em mãos uma pesquisa de opinião pública, segundo a qual, o índice de impopularidade de Sarney chegou a 76%, 20% a mais do que os níveis mais altos atingidos pelo detestado general João Figueiredo.

O general Ivan não contestou a informação. Outro exemplo sintomático: no dia 14, o jornal “O Estado de S. Paulo”, incentivador entusiasmado do “centrão” mas certamente mais sensato ao avaliar a conjuntura, advertia, em editorial o grupo para os riscos que corre ao apoiar os 5 anos, pedindo para que atente para os “limites da paciência popular”.

Resta aos militantes progressistas perceberem que devem se esforçar, como nunca, para pôr em movimento o povo. É ele quem, nessa conjuntura repleta de contradições, poderá sacudir a arena política, opor-se e derrotar as forças direitistas, e abrir caminho para as mudanças profundas que a realidade, cada vez mais, vai impondo ao país.

(Antonio Martins)

O papel do Dr. Ulysses

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, foi peça fundamental para que o “Centrão” obtivesse êxito em seu objetivo de contrapor destaques preferenciais a todo o anteprojeto da Comissão de Sistematização.

O prazo para apresentação de emendas expirava às 19 h do último dia 13. Tropeçando em disputas internas, até às 18h30 o “Centrão” não havia conseguido as 280 assinaturas necessárias para conseguir regime de preferência para qualquer de suas propostas. Foi então que Ulysses entrou em cena e acertou em reunião particular com os líderes do grupo a prorrogação do prazo até às 24 horas. Decidido isto, o “Centrão” pôs em movimento outro esquema, mobilizando aviões oficiais para recolher adesões de parlamentares que se encontravam distantes de Brasília.



INDISCIPLINA

E o Exército teve que expulsar...

Desta vez nem mesmo o Exército teve como evitar: o capitão Luiz Fernando Walter de Almeida foi punido com pena de três anos de prisão e a expulsão das Forças Armadas. No dia 22 de outubro ele havia comandado o assalto da prefeitura de Apucarana, interior do Paraná, a pretexto de reclamar dos salários dos militares.

Foi um gesto público, de ampla repercussão nacional. Os cinco juizes do Conselho da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, de Curitiba, não tinham como adotar qualquer outra medida que não a condenação e consequente expulsão do militar das fileiras do Exército. Foi a primeira expulsão de um oficial por desrespeito ao regulamento interno desde a década de 30.

O capitão Luiz Fernando foi enquadrado em três artigos do Regulamento Disciplinar do Exército, que dispõe “sobre operação militar sem ordem superior” e estabelecem pena de reclusão de três a cinco anos (qualquer pena acima de dois anos implica na expulsão); e “usurpação e excesso de autoridade”. O militar foi absolvido da acusação de divulgação de crítica indevida.

A sentença será lida dia 19, e a partir de então o capitão terá cinco dias para recorrer ao Supremo Tribunal Militar. O procurador militar Péricles Aurélio de Lima Queiroz referiu-se ao capitão Almeida como um “radical de extrema direita”.

Mal foi divulgada a sentença, companheiros de farda e políticos de direita saíram em defesa do oficial que ocupou a prefeitura paranaense. O coronel da reserva Ênio Maia Chagas pediu “anistia” para o criminoso. Já o líder do PDS na Constituinte, Amaral Neto — expoente da defesa da ditadura militar — considerou “a condenação muito severa”. Outro servçal dos fascistas, o deputado Gastone Righi, do PTB, tentou defender o capitão alegando que “o que os militares fizeram no autoritarismo foi muito pior” — como se a impunidade de um crime justificasse a impunidade de outro. Até mesmo o líder do PDT, Brandão Monteiro, entrou na canoa furada da defesa do direitista, e considerou a pena pesada.

O capitão punido preferiu calar-se. Cumpre pena no quartel de Bacacheri e ainda não definiu se apelará ou não.

da sentença. Um seu irmão que também é militar, capitão da Aeronáutica, assistiu ao julgamento, não se pronunciou a respeito, voltando para a Base Aérea de Natal (RN), onde está sediado.

O capitão Luiz Fernando



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Adolpho Grabois

Capitão Luiz Fernando, “radical de extrema direita”

DÍVIDA EXTERNA

Pega na mentira

A julgar pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, estamos todos mal formados e desinformados. Do alto de sua autoridade, ele nos garante que o Fundo Monetário Internacional, o famigerado FMI, não é "nenhum 'bicho papão'". A instituição não quer impor ao Brasil receitas econômicas que levam à recessão. Pelo contrário, só fechando um acordo com o Fundo é que será possível "evitar a recessão"!

Não deixa de ser admirável a cara de pau do senhor ministro. É de fato necessário dispor de uma forte dose de hipocrisia para fazer tais apreciações sobre um órgão que até agora só tem merecido o repúdio generalizado da nação brasileira e de outros povos nos países economicamente dependentes. Não custa mesmo lembrar que, em época não muito remota, o próprio José Sarney dizia aos quatro ventos que era inadmissível aceitar os programas impostos pelo FMI, e por consequência descartava a formalização de um novo acordo com a instituição e outras coisas do gênero.

SOFISMAS DE ENTREGUISTA

Atentemos um pouco para o que diz o senhor Nóbrega: "Estou convencido", ressaltava, "que o FMI não é o 'bicho papão' que se fala e tem uma contribuição muito importante para dar ao desenvolvimento brasileiro, não só pelos recursos que destina para a economia como também pelo papel de catalisador de outras ações que poderão trazer novos recursos ao país". Assim, afirma em seguida: "É preciso ser realista, pragmático. Nós todos vamos nos convencer de que a ida ao FMI não é nenhum ultraje à honra nacional, pelo contrário, é uma necessidade para preservar os níveis de crescimento do país".

Aparentemente, trata-se de uma opinião sóbria, favorável aos interesses do país, refratária a eventuais preconceitos "nacionalistas e xenófobos".

EMPRESA NACIONAL

Denúncia na Constituinte

"Aqueles constituintes, do 'centro' ou qualquer agrupamento parlamentar, que votaram contra os conceitos de proteção à empresa nacional emitidos na Comissão de Sistematização e constantes do atual projeto de Constituição, estarão, na verdade, ditando uma sentença de morte contra a empresa nacional e a indústria brasileira".

A opinião é do presidente da Associação das Indústrias Brasileiras de Produtos para Laboratórios (Assibral), Pedro A. Ynterian, que há poucos dias enviou uma carta aberta à Constituinte contra a pretensão entreguista do chamado "centrão". Esse agrupamento da direita quer alterar o conceito de empresa nacional aprovado pela Comissão de Sistematização, de forma a que monopólios estrangeiros (como a Volkswagen alemã, a Ford norte-americana e outras) sejam consideradas firmas brasileiras e tratadas em pé de igualdade com essas.

MOVIMENTO

Juntamente com outros representantes de algumas entidades empresariais (vinculados à química fina, à informática e outros setores), o presidente da Assibral integra um movimento que visa pressionar os constituintes a rejeitar as propostas do "centrão" e defender a definição de empresa nacional constante no relatório Cabral.

Na carta aberta à Constituinte, ele lembra que "no período de 1950 a 1967, as novas inversões de capital norte-americano na América Latina totalizaram, sem incluir os lucros reinvestidos, 3,921 bilhões de dólares. Neste mesmo período, os lucros e dividendos remetidos ao exterior pelas empresas que aqui investiram chegaram a somar 12,819



Mailson: dourando a pílula amarga do FMI

Será mesmo assim? Quando a economia brasileira foi submetida ao FMI, a partir do final de 1982 até 1984, o país atravessou a pior recessão da sua história, com o desemprego alcançando níveis alarmantes e insuportáveis, uma queda do consumo interno superior a 20%. Em poucas palavras, a nação retroagiu, empobreceu profundamente.

Foi, como todos sabem, o período em que a ditadura militar recorreu aos Estados de Emergência, implantando o terror e o cerco militar sobre Brasília para aprovar os decretos de arrocho salarial redigidos pelo FMI. Bonecos representando a odiosa instituição imperialista foram queimados por populares em praça pública.

Em contrapartida, o programa imposto pelo FMI deu os frutos desejados pelos agiotes internacionais. Ocorreu uma drástica redução das importações, o país passou a gerar "fabulosos" superávits comerciais e, consequentemente, foi viabilizado o pagamento pontual da dívida externa.

Essa é, de forma resumida, a experiência recente do país com o FMI. Recessão, desemprego, mais e mais miséria, tais os resultados amargos dos acordos formalizados com o

Fundo. Porém, argumenta o atual ministro que o órgão mudou, não é mais o mesmo, garantirá recursos para o crescimento econômico e outras munhuns mais.

Também aí as opiniões do senhor Nóbrega são traiçoeiras, falsas. Para se certificar disto basta observar a realidade dos países hoje submissos àquela instituição — são pelo menos 32, entre eles Argentina e México, todos abalados por crônicas crises econômicas. As receitas do Fundo não mudaram, são as mesmas. "Dizer que o Fundo mudou é o mesmo que dizer que tigre vai virar gato", como salientou o senador Severo Gomes. Só mesmo em estórias infantis.

Na verdade o FMI sempre foi — desde sua criação em 1944 —, e continua sendo, um instrumento de dominação imperialista, serve particularmente aos designios dos monopólios ianques. Submeter-se a seus programas é um "ultraje à honra nacional", queiram ou não os entreguistas brasileiros. Recursos para o crescimento da economia do país não seriam difíceis se a mentalidade de nossos governantes fosse menos colonizada: basta estancar a espoliação da nação pelos grandes bancos e outros monopólios estrangeiros.

porcionam às suas filiais e aumentar também, com igual entusiasmo, seus custos de operação".

ESPOLIAÇÃO

Depois de citar essas informações, Pedro Ynterian avalia que "os empreendimentos multinacionais não são convenientes ao país, não são saudáveis para as próximas gerações que irão herdar um sistema totalmente atrelado aos grandes centros capitalistas mundiais, onde as decisões são tomadas por executivos que não têm pátria nem bandeira". Os argumentos falsos e "números fabricados", utilizados a favor dos grandes monopólios estrangeiros, "não mostram a contrapartida da sangria incessante a que tem sido submetido o povo brasileiro nos últimos 30 anos", sustenta o presidente da Assibral.

Ele também condenou o "modelo exportador que espolia o país", afirmando que "esta é uma realidade que salta aos olhos dos brasileiros patriotas e atentos. O modelo exportador em que se baseia nossa economia, gerador de saldos comerciais para pagar dividendos, royalties, assistência técnica e juros da dívida externa, que ninguém mais sabe por quem e para que foi contraída, mantém o Brasil de joelhos ante o capital estrangeiro e seus agentes multinacionais e aliados internos".

Sobre os que pretendem mudar o conceito de empresa nacional aprovado na Comissão de Sistematização, o presidente da Assibral diz que "são os mesmos que iniciaram o processo de nossa dívida externa, favorecendo as multinacionais que obtinham empréstimos a juros baratos, com proteção cambial no caso de desvalorização da moeda, enquanto as empresas nacionais assumiam todos os riscos".

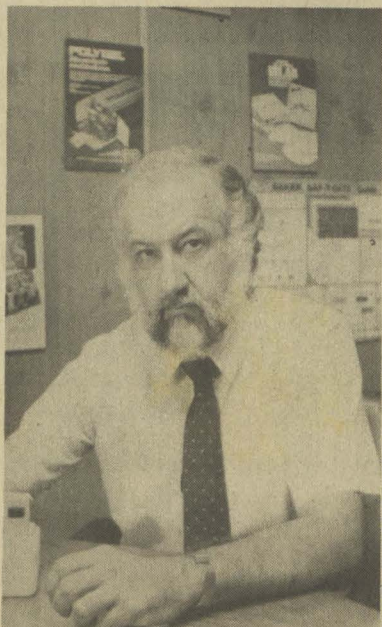
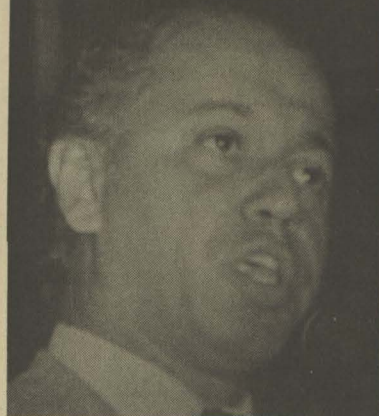


Foto: Allison S. Leite

Ynterian: "sentença de morte"

Mobilização urgente

Opinião Parlamentar



Haroldo Lima, líder do PCdoB na Constituinte

Caros companheiros, há poucas horas foram conhecidas as propostas do "centrão" para o Plenário da Constituinte. Queremos rapidamente transmitir aos companheiros nossas primeiras opiniões a respeito e apresentar algumas sugestões.

O projeto de Constituição que saiu da Comissão de Sistematização tinha muitas debilidades em alguns pontos, mas incorporava algumas reivindicações importantes defendidas pelos progressistas. O "centrão", que é um grupo manobrado pela direita mais reacionária, volta-se agora contra os aspectos progressistas desse projeto. Procura, de maneira especial, retirar da Constituição artigos fundamentais onde se firmavam direitos dos trabalhadores e do povo em geral. Eis um pequeno resumo do que pretende o "centrão":

1 O projeto da Comissão de Sistematização diz: "Ninguém será preso, senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente". O "centrão" pretende retirar todas as partes grifadas. Com isto, para se prender uma pessoa, não seria necessário nem ordem escrita e fundamentada, nem a participação de um juiz. Qualquer delegado pode mandar prender indiscriminadamente. A arbitrariedade imperaria, sobretudo no interior e junto aos pobres.

2 Na Comissão de Sistematização não conseguimos aprovar a estabilidade de emprego. Foi aprovada "garantia de emprego protegida contra despedida imotivada". Quer dizer que o trabalhador só poderia ser demitido por justa causa. O que era a justa causa também foi definido no projeto. O "centrão" quer acabar com isso. Qualquer trabalhador poderá ser demitido sem justa causa, bastando-se pagar uma "indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado". Ou seja: não tem estabilidade e perde-se a garantia do emprego contra a demissão sem justa causa.

3 O projeto que aprovamos na Comissão de Sistematização afirma ser um direito do trabalhador: "Jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento". O "centrão" quer acabar com isso e definir: "Jornada especial de trabalho para turnos de revezamento ininterruptos...". Liquida a jornada de seis horas e deixa para as convenções definirem o que será essa jornada especial.

4 No projeto, na lista dos direitos dos trabalhadores, está escrito: "Remuneração em dobro do serviço extraordinário". Propõe o "centrão": "Serviço extraordinário com remuneração superior em 50% em relação ao normal". O serviço extraordinário deixaria de ter uma remuneração de 100% sobre o trabalho normal e passaria a ter 50%.

5 Diz o projeto: "A lei protegerá o salário e definirá como crime a retenção de qualquer forma de remuneração de trabalho já realizado". Propõe o "centrão": "A lei protegerá o salário e definirá como crime a retenção dolosa". Quer dizer: o crime não será reter salário dos trabalhadores, mas a retenção dolosa, ou seja, reter de má fé. Só que ninguém vai conseguir provar que o patrão reteve o salário de má fé, porque ele sempre vai dizer que reteve por dificuldades, com a melhor das intenções.

6 O projeto diz: "Não será constituída mais de uma organização sindical em qualquer grau, representativa de categoria profissional

ou econômica na mesma base territorial. Esta será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município". O "centrão" desdobra esse ponto em dois parágrafos que são os seguintes: a) "Não será constituída mais de uma entidade sindical, representativa de categoria econômica, em uma mesma base territorial. Esta será definida pelos empregadores interessados..." b) "Se mais de uma entidade sindical, representativa de categoria profissional, se constituir numa mesma base territorial definida pelos trabalhadores somente uma terá direito à representação nas convenções e dissídio coletivo na forma da lei".

O absurdo intolerável é que o "centrão" defende a unicidade sindical para os empregadores (veja item a) e a pluralidade sindical para os trabalhadores (item b). Nunca se viu tanta desfaçatez. Ou seja, para os patrões a unidade, para os trabalhadores a divisão.

7 Afirma o projeto que "é livre a greve, vedada à iniciativa patronal, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito dos interesses que deverão por meio dela defender". Propõe o "centrão": "É assegurado o direito de greve, nos termos da lei, que ressaltará aquelas que decididas sem prévia negociação. A lei limitará o direito de greve quando se tratar de serviços ou atividades essenciais". Por esta proposta, o direito de greve deixa de existir e passa a ficar dependente de uma lei de greve. A lei deverá não permitir greves "decididas sem prévia negociação", ou seja, será fácil dizer que a greve é ilegal porque foi "decidida sem prévia negociação". A lei deverá, também, limitar a greve nos chamados serviços essenciais. Será mais uma lei de greve como tantas que já apareceram em nossa história e que, na prática, são leis antigreve.

8 O projeto da Sistematização conceitua "empresa brasileira de capital estrangeiro". A empresa verdadeiramente nacional não era defendida frente às multinacionais ou às suas filiais, tidas como brasileiras de capital estrangeiro. Mesmo na Comissão de Sistematização essa parte não ficou boa. Agora vem o "centrão" e quer piorar tudo. Conceitua "empresa brasileira" e "empresa brasileira de capital nacional". Esta última, que seria verdadeiramente brasileira, não recebe maior apoio por ser brasileira. "Poderá gozar, na forma de lei complementar específica, de proteção e benefícios especiais temporários"...

De concreto, nada poderá gozar, de acordo com lei a ser feita, de proteção temporária. Já a empresa chamada "brasileira" é "constituída sob leis brasileiras e que tenha no país sua sede e administração". Resumindo: as verdadeiramente brasileiras não têm direito algum e as

multinacionais e suas filiais (constituídas naturalmente sob leis brasileiras com sede e administração no país), estas são consideradas "brasileiras". É um acinte!

9 Está no projeto: "As jazidas, minas e demais recursos naturais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo para efeito de exploração e aproveitamento". Reparem bem: o projeto afirma que as jazidas minerais e etc constituem propriedade diferente da do solo, ou seja, o solo é de um proprietário e o subsolo de outro. Em seguida diz que as jazidas e etc "pertencem à União". O "centrão" corta essa parte. Portanto, retira da União a propriedade do subsolo, das jazidas minerais e etc. Desde a chamada "Revolução de 30" ninguém pôs em dúvida que o subsolo fosse da União, como quer fazer agora o "centrão".

10 A reforma agrária já não estava garantida no projeto da Sistematização. De qualquer maneira, a União poderia desapropriar a terra que não tivesse cumprido a sua função social. A função social só seria garantida quando a propriedade preenchesse quatro requisitos simultaneamente. Se preenchesse três requisitos e não preenchesse um, não estaria cumprindo simultaneamente os quatro e poderia ser desapropriada.

O "centrão" agora propõe a retirada da palavra "simultaneamente" e, assim, se uma propriedade preencher um requisito e não preencher três, sua função social está garantida e ela não pode ser desapropriada. A reforma agrária, que já não estava fácil, com o "centrão" ficará bem mais difícil. Só não fica impossível porque tem a luta do povo.

11 A exploração das riquezas minerais em terras indígenas não estava bem colocada no projeto da Sistematização. Mas, uma empresa só poderia ter esta atividade após "a autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas". O "centrão" propõe que esta exploração seja feita sem prévia autorização do Congresso e sem ouvir as comunidades afetadas. Diz que uma lei, mais à frente, tratará do assunto. As multinacionais são as maiores interessadas nos minérios das terras indígenas. Estão impondo o assalto às terras dos índios. E, com isso, o massacre desses povos.

12 No projeto, existia um artigo que dizia "o mandato do atual presidente da República terminará em 15 de março de 1989". Era um mandato de quatro anos para o Sarney. O "centrão" cortou todo esse artigo e articulou uma emenda propondo cinco anos para Sarney. E a gente sabe que Sarney até 90 nosso povo não agüenta.

Companheiros, as emendas do "centrão" são numerosas. Aqui apresentamos um resumo. Todas elas se voltam contra os interesses dos trabalhadores, do nosso povo, da nossa pátria. A correlação de forças dentro da Constituinte não está boa. Se não houver reforço proveniente dos Estados, das bases, haverá derrota. Daí esta carta que tem em mente reclamar, alertar e também convocar os companheiros, os sindicatos, a pressionarem os constituintes. Será necessário desmascarar os constituintes que estão com o "centrão" junto às bases que os elegeram. Telegrafas, atos, assembleias, abaixo-assinados, tudo deve ser feito em defesa de uma Constituição moderna e progressista para o nosso povo. E tudo deve ser feito com urgência, pois o tempo é muito curto. Com um grande abraço, a confiança de Haroldo Lima, líder do PC do B na Constituinte.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Cuidado, é um assalto

Está em curso uma campanha de grande envergadura para fazer a nossa gente acreditar que o capital estrangeiro tem enormes contribuições a dar ao desenvolvimento do país. Até gente que se declara de esquerda anda dizendo que não podemos viver sem as multinacionais.

MENTIRA EXEMPLAR

Ouvimos dizer que as multinacionais, “apesar de tudo”, são responsáveis por milhares de empregos. E outros acrescentam que elas trazem ao país tecnologia avançada, que não somos capazes de desenvolver. Ainda aparecem os que afirmam, com convicção, que só empresas poderosas, como as estrangeiras, têm capacidade para grandes investimentos.

Citemos um exemplo muito esclarecedor: a exploração do petróleo. O capital estrangeiro, através de seus porta-vozes, tentou nos convencer que o país não tinha reservas economicamente aproveitáveis deste produto. Descoberta a mentira, ponderou que só com a tecnologia de fora seria possível explorar o “ouro negro”. Atrapalhou e procurou sabotar a criação de uma tecnologia nacional. Foi a luta do povo que fez nascer a Petrobrás — que emprega milhares de trabalhadores, que desenvolveu uma tecnologia avançada de pesquisa e lavra, que constituiu uma empresa poderosa e que, inclusive, exporta tecnologia. Mas que ainda tem que dividir os lucros da distribuição com a Esso, Texaco, Shell..., agora com o pretexto de que “quem distribui também colabora”.

SEMPRE CONTRA

Os defensores do capital estrangeiro não têm, na verdade, nenhum argumento ao menos razoável. O caso da Petrobrás é apenas um exemplo mais gritante. As multinacionais são sobretudo sangue-sugas, que exploram brutalmente os trabalhadores — e são responsáveis pelos mais poderosos lobbies contra os direitos trabalhistas na Constituinte.

Tradicionalmente, aqui e em qualquer parte do mundo, as multinacionais tratam de impedir o desenvolvimento das tecnologias de ponta nos países onde estendem os seus tentáculos. Agora mesmo, no Brasil, o imperialismo faz esforços tremendos para evitar que nosso país desenvolva a informática, setor estratégico, fundamental na revolução tecno-científica. E, pela concorrência ou sabotagem — e agora pelo mecanismo das dívidas externas —, cuida de dificultar os investimentos nacionais de grande porte indispensáveis à autonomia econômica de qualquer nação.

Até a década de 50, o capital estrangeiro tratou de impedir a formação de um parque industrial no Brasil. A partir daí passou a instalar suas próprias empresas em setores-chaves, mantendo a economia do país sob seu controle. E, sobretudo, dirigida não para atender às necessidades do desenvolvimento brasileiro mas sim para complementar as exigências das “metrópoles”. Não é por acaso que, um país como o Brasil, com enormes necessidades de máquinas e equipamentos para a indústria e a agricultura, tenha como principal “contribuição” estrangeira a criação de uma forte indústria automobilística.

ESCRAVO DA DÍVIDA

Ainda podemos debitar na conta da “colaboração” do capitalismo internacional o saque impedido das nossas riquezas naturais, de forma criminosa e predatória, e, particularmente depois do golpe de 1964, uma dívida externa que transformou o Brasil em escravo dos juros exorbitantes, manejados pelos magnatas do FMI. Por tudo isto, caro leitor, quando ouvir alguma defesa das multinacionais, grite: é um assalto.

(Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Totalmente demais

É inacreditável. Segundo Salomão Malina, um dos presidentes do PCB — o outro é o deputado Roberto Freire — seu partido manterá o “apoio crítico” a Sarney até que seja eleito o seu substituto. O PCB considera o governo Sarney como “instrumento da transição”.

Alguém ainda se lembra da tal transição? O que o povo almejava era condenar a ditadura militar e passar a um regime democrático. Mas Sarney, capitulando às pressões do capital estrangeiro, dos latifundiários e da grande burguesia, realiza uma transição da ditadura para outra ditadura — em que, aliás, os militares continuam com papel preponderante, apesar de atuarem principalmente nos bastidores. Mas para o PCB, talvez para manter ou conquistar mais um carguinho, a amizade é eterna.

Esta atitude “totalmente demais”, só comparável a de correntes fisiológicas mais descaradas, tem um aspecto positivo. Os trabalhadores que ainda pensam, equivocadamente, que o nome comunista deste agrupamento significa ligação com o povo, tomam consciência de que se trata de um grupo corrompido pela burguesia. O revisionismo (porque revê os princípios centrais da ciência marxista-leninista) tenta se disfarçar mas, com o aguçamento da crise, não consegue evitar o desmascaramento.

INFLAÇÃO

Quem acreditou no Plano Cruzado e ainda embarcou com confiança nas fórmulas do ex-ministro Bresser Pereira para acabar com a inflação sem promover reformas estruturais fundamentais na economia brasileira, certamente ainda hoje está surpreso com a divulgação do índice oficial de inflação em 1987, 365%, um recorde histórico.

Essa triste marca abala profundamente os alicerces de teoria que dá base às políticas antiinflacionárias adotadas no Brasil (Planos Cruzados e Bresser), Argentina e Israel, isto é, a teoria da inflação inercial, que originou os chamados choques heterodoxos.

As altas não cessam, tornam-se mais velozes e aumentam a anarquia

Durante o Plano Cruzado, a alta de preços ainda foi contida por determinado período. Apenas no décimo mês, novembro de 1986, é que a inflação atingiu 7,27%. Porém, o Plano Bresser não chegou a durar tanto. Já no segundo mês, desmentindo todas as falácias do ex-ministro, os preços subiram 6,36%. Logo depois seria ultrapassada a casa dos 10% e hoje a expectativa é de uma inflação de 20% ao mês. Sabe-se que quanto maior o índice mais ele tende a crescer, devido à desorganização econômica.

Na Argentina, onde também está se fazendo uso constante dos ditos choques heterodoxos, a situação é bastante semelhante. O primeiro choque foi aplicado naquele país em junho de 1985, quando foi instituído o Plano Austral. Um ano depois a inflação atingiu a casa dos 4,6% passando a aumentar rapidamente. O governo Alfonsín decretou sucessivos congelamentos, já tendo aplicado seis choques, todos fracassados.

Reconhecendo na prática o fracasso das políticas heterodoxas de combate à inflação, que possuíam alguns elementos de apoio popular com o congelamento de preços, o governo brasileiro agora pensa em adotar as tradicionais políticas ortodoxas bem ao gosto do FMI, que são combatidas mundialmente pelo movimento operário, por causarem arrocho salarial e desemprego em massa.

As medidas adotadas estão subordinadas à estrutura do poder

Ao se analisar as razões do fracasso das políticas antiinflacionárias adotadas até agora não se pode perder de vista que as medidas implementadas se circunscrevem a economias capitalistas, dirigidas por um Estado burguês. Os planos não dão certo simplesmente em função de uma ou outra falha técnica, mas fundamentalmente por causa das relações do poder predominantes nessas sociedades, onde os grandes grupos monopolistas subjugam o Estado, colocando-o como representante dos seus interesses e fazendo-o sucumbir às pressões para permitir o aumento de preços, adotados no sentido de preservar ou mesmo aumentar as taxas de lucros dos monopólios.

Ao lado disto, é notório que os planos antiinflacionários são elaborados pelo Estado e aplicados numa economia anárquica, não planejada, formada por produtores privados, onde o controle estatal sobre as decisões econômicas é muito limitado. Cada capitalista toma suas decisões individualmente sobre o preço de venda das suas mercadorias sem levar em conta os interesses sociais, mas procurando elevar ao máximo os seus lucros.

A inflação cumpre, em primeiro lugar, o papel de reduzir o poder de compra dos salários, aumentando a massa de lucros dos capitalistas. Em segundo lugar, cada capitalista procura abocanhar uma parcela maior desses lucros, tentando aumentar seus preços numa velocidade superior à de seus concorrentes.

Desta maneira, quando o Estado decreta um congelamento de preços cada capitalista, que age seguindo os seus interesses individuais, vai procurar desrespeitá-lo abertamente ou pressioná-lo para conseguir aumentar os preços de seus produtos. Por isto, é a pressão dos capitalistas em aumentar seus preços e lucros que provoca a frustração dos congelamentos decretados pelo governo.

Em resumo, o problema do fracasso dos planos antiinflacionários não é apenas técnico, possível de ser resolvido com fórmulas econômicas aparentemente mágicas. A inflação rela-



ciona-se tanto a questões estruturais da economia como ao próprio poder político do Estado, subordinado aos grandes grupos econômicos.

Se compreendermos que a inflação é um dos principais instrumentos para redistribuir renda entre as diferentes classes e segmentos da sociedade, veremos que a questão da alta dos preços, muito mais que um problema econômico, está diretamente associada à estrutura de poder.

Concepção ortodoxa, falaciosa, aumenta o desemprego e o arrocho

Entre as teorias burguesas sobre a política de combate à inflação, salienta-se a concepção de choque ortodoxo, que tem base nas idéias mais reacionárias da economia política burguesa. O receituário monetarista que afirma ser a emissão de moeda acima do crescimento do produto a causa fundamental da inflação foi desenvolvido modernamente na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, sendo posteriormente adotado pelo FMI como sua política oficial a ser imposta aos países sobre os seus “cuidados”.

A base para o combate à inflação, segundo tal teoria, reside no controle da oferta de moeda, mas é uma falácia imaginar que é o aumento da quantidade de moeda em circulação que gera o crescimento dos preços. Um ministro da Fazenda com concepções monetaristas procurará apertar a oferta de moeda através da elevação das taxas de juros a níveis que inibirão por completo os investimentos e a demanda por bens de consumo. Isso acarretará imediatamente o desemprego generalizado.

A receita monetarista ortodoxa associa basicamente o firme controle da moeda com o desemprego. O desemprego, segundo esses serviços da grande burguesia, teria o papel de reduzir a demanda na economia — principalmente o componente consumo dos trabalhadores que, além disto, teriam seus salários arrochados. Em tese, se o consumo diminuísse os capitalistas não conseguiriam aumentar seus preços. Isto, contudo, é completamente falso, pois quando o consumo diminui devido ao arrocho salarial os capitalistas buscarão defender seus lucros aumentando ainda mais seus preços. Ou seja, já que agora os capitalistas venderão uma quantidade menor de bens, eles tentarão manter a mesma quantidade de lucros ganhando mais por cada unidade vendida, com o fenômeno da estagnação.

A realidade tem desmoralizado constantemente as propostas monetaristas: Por exemplo, na época do fracasso do Cruzado dizia-se que a inflação teria voltado devido ao aumento dos salários e ao excesso do consumo. Logo em seguida fez-se o Plano Bresser, que implantou um dos maiores arrochos salariais da história brasileira, com queda generalizada do consumo. Mas a inflação não apenas cresceu, atingiu níveis recordes.

Pressupostos da teoria heterodoxa revelam-se falsos e ingênuos

Já os chamados choques heterodoxos são adotados pelos que tencionam combater a inflação, resguardando o sistema econômico contra a inflação. Foram aplicados primeiramente na Argentina (Plano Austral), depois no Brasil (Plano Cruzado) e Israel. Eles envolvem congelamento de preços, salários e câmbio, aceitando inclusive um amplo aumento na emissão de moeda.

Para os economistas que defendem as teorias heterodoxas, inflações altas como a brasileira chegam em determinado ponto a possuir um caráter puramente inercial. Isto é, por exemplo, conforme os ideólogos do Plano Cruzado quando o índice que mede a alta dos preços alcança um determinado ponto, digamos de 20%, e dele não sai é porque tanto os trabalhadores já aceitaram o salário real médio (salário que leva em conta a queda do poder de compra entre um e outro reajuste) como os capitalistas já estariam satisfeitos com suas margens de lucro. Para acabar com a inflação, bastaria que se decretasse o congelamento dos preços e dos salários pelos seus valores médios. Desta maneira se acabaria com a tendência persistente de alta.

Esta mágica não deu certo por vários motivos. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a inflação só não reapareceria se os trabalhadores estivessem completamente satisfeitos com a sua participação no bolo da renda do país. Ora, é de se espantar que alguém espera que os trabalhadores estejam satisfeitos com a atual distribuição da renda brasileira, quando se sabe que esta é a única economia capitalista industrializada onde a quantidade de lucros supera a de salários. Observe que não se trata do lucro de um capitalista individual ser maior que o salário de um trabalhador, isto é óbvio e ocorre em qualquer lugar. Mas mesmo somando-se a renda da multidão de assalariados o seu total é menor que o total de lucros. Se para

se ter uma idéia, a participação dos salários do pessoal ligado diretamente à produção atinge apenas cerca 15% do total do valor gerado na indústria de transformação.

É uma distribuição de renda espantosamente desigual para se esperar que os trabalhadores dêem trégua e aceitem que seus salários permaneçam congelados ou sejam rebaixados, pagando assim o preço dos ajustes antiinflacionários. Se os trabalhadores não aceitam o pacto proposto nos choques heterodoxos, muito menos os grupos monopolistas mostram-se satisfeitos com o congelamento e pressionam duramente o Estado para conceder remarcação dos preços com o objetivo de elevarem seus lucros.

O fracasso dos congelamentos relacionam-se igualmente com os problemas estruturais da economia, destacando-se a questão da dívida externa, que deve ser tratada de forma corajosa, suspendendo-se o seu pagamento e repudiando as políticas impostas pelos banqueiros através do FMI.

Tanto o Brasil como a Argentina, diante do fracasso das experiências heterodoxas, ao invés de garantirem a continuidade da luta contra a inflação resguardando medidas de caráter popular, como o congelamento de preços, ao mesmo tempo em que se procurasse solucionar os problemas estruturais, resolveram abandonar de vez tais possibilidades e escutar as vozes reacionárias e monetaristas do passado.

No Brasil, o bode expiatório do fracasso do Plano Cruzado passou a ser o aumento dos salários e o alegado excesso de consumo, argumentos que a vida já provou serem falaciosos. De repente o ex-ministro da ditadura militar, Mário Henrique Simonsen, passa a ser o grande guru da burguesia industrial e financeira. Ou seja, acompanhando os fracassos dos chamados choques heterodoxos, o que se vê é um avanço dos setores mais conservadores na direção da política econômica brasileira.

Essa aproximação do governo com os conservadores acontece paralelamente ao retorno do FMI, tudo somando para que tanto no Brasil como na Argentina ocorram o restabelecimento das políticas ortodoxas que tratam a inflação com desemprego e arrocho salarial. Por tudo isto, o futuro mostra-se sombrio não apontando nenhuma possibilidade de solução da crise econômica e da inflação nos próximos meses do governo da já desgastada “Nova República”.

(Pedro Oliveira)

PLENÁRIA NACIONAL

CGT faz balanço e define o rumo

No próximo dia 30, em São Paulo, a CGT realizará sua plenária nacional. Segundo os cálculos da Executiva da central, cerca de 800 dirigentes sindicais participarão do evento — cada entidade com direito a um voto. O encontro é aguardado com grande expectativa, porque evidenciará a correlação de forças no interior da CGT e aprovará o plano de lutas e de dinamização da central para o ano de 1988.

Conforme a sua convocatória, a plenária nacional terá quatro pontos de pauta: balanço crítico da atuação das CGTs nacional e estaduais no ano passado; reestruturação financeira da central; relações internacionais; e plano de lutas para 88. Cada um desses itens deverá gerar acaloradas polêmicas, trazendo à tona como maior força as divergências que atualmente emperram e desgastam a Central Geral dos Trabalhadores.

Tudo indica que haverá uma polarização no encontro. De um lado ficarão os seguidores do chamado “sindicalismo de resultados”, que em 87 tiveram farto espaço na imprensa burguesa para defender suas posições direitistas e imobilistas. De outro, os sindicalistas que pretendem imprimir uma linha mais combativa e dinâmica à CGT, colocando-a claramente em oposição ao governo Sarney e a sua orientação econômica antipopular. “Essa plenária será o momento do acerto de contas”, prevê Renildo de Souza, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador e membro da Executiva Nacional da CGT.

A expectativa é que a disputa seja acirrada. Os articulados

tados”, principalmente Luiz Antônio Medeiros, Antônio Magri e Ricardo Baldino, têm se movimentado bastante. Com suas posições patronais (contra a estabilidade, a redução da jornada e em favor da conversão da dívida externa, por exemplo), esse setor se articula para conseguir de qualquer forma a maioria na plenária. Há inclusive denúncias de que pretende fraudar credenciais para atingir seus intentos. Para evitar essa manobra, a CGT do Rio Grande do Sul apresentou proposta à Executiva da central de que a fiscalização dos delegados seja feita com o acompanhamento das direções estaduais.

RECUO DA DIREITA

A tendência, entretanto, é que esse setor direitista colha mais uma amarga derrota. As declarações e ações de seus dirigentes, sempre tentando se passar por porta-vozes da CGT, têm gerado grande descontentamento, mesmo entre sindicalistas moderados. A recente articulação de Luiz Antônio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, com o “Centrão” na Constituinte, para derrotar as resoluções mais avançadas da Co-



A Executiva Nacional, reunida no dia 13, elaborou um plano de lutas para ser debatido na plenária

missão de Sistematização, serviu para evidenciar o objetivo do “sindicalismo de resultados”.

As críticas a esse setor partem de todos os lados. O próprio Joaquim Andrade, presidente nacional da CGT, deixou de lado a diplomacia e atacou abertamente Luis Antônio e seu casamento com o “Centrão”. “Nada impede que um presidente de sindicato fale em nome de sua categoria, mas ninguém com esse discurso reacionário está autorizado a falar pela CGT”, afirma. A plenária estadual da CGT do Rio de Janeiro, na semana passada, também condenou as atitudes dos dirigentes dessa corrente e solicitou que eles sejam desautorizados a falar em nome da central. Em Alagoas, a plenária com 35 entidades repudiou o “sindicalismo de resultados”.

Diante da forte oposição, nota-se um recuo dos líderes dessa corrente. Na última reunião da Executiva, preparatória da plenária, seus expoentes maiores se ausentaram. Mesmo a arrogância na defesa da filiação da CGT à Ciosl — central mundial vinculada ao

corrompido sindicalismo americano e à social-democracia europeia — foi atenuada. Tanto que a pauta da plenária foi alterada. Não discutirá mais a “filiação internacional”, mas apenas iniciará o debate sobre as “relações internacionais”.

PLANO DE LUTAS

Sérgio Barroso, dirigente da Executiva da CGT que se destacou no combate ao setor direitista, está otimista com relação à plenária. “Minha certeza é que o encontro condenará com veemência as posições de Luiz Antônio e Magri. Não vamos conviver, sem dar respostas à altura, com esses assalariados do grande capital”, afirma. Além de derrotar o “sindicalismo de resultados”, Barroso acredita que a plenária aprovará resoluções progressistas e um plano de lutas combativo.

Na quarta-feira, dia 13, a Executiva da CGT elaborou um conjunto de propostas que será apresentado para debate na plenária. Ele reafirma a luta pela suspensão do pagamento da dívida externa, com

a realização de uma auditoria para examinar a questão, e se posiciona contra a conversão em investimentos diretos no país. Quanto à política salarial, defende a bandeira da escala móvel de salário, pela reposição das perdas desde março de 86, entre outros pontos. Na questão política, posiciona-se pelas diretas em 88 e joga para plenário a definição sobre o sistema de governo. A Executiva também apresentará um plano de mobilizações, de campanhas nacionais. Uma proposta concreta é a realização em 4 de fevereiro de uma concentração em Brasília para pressionar os constituintes.

Glênio Costa, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul e da CGT estadual, defende que a plenária dê ênfase à questão da Constituinte. “Nessa reta final dos trabalhos é preciso concentrar nossos esforços. Os patrões estão unidos na UBE, UDR e Centrão para garantir seus lucros. Os sindicatos precisam derrotar os traidores no seu meio e unir forças para ampliar os direitos dos trabalhadores”, afirma Glênio.

Porto pode parar

Neste sábado, dia 16, os trabalhadores avulsos do porto de Santos (SP) avaliarão a contraproposta de reajuste salarial da Sunaman (Superintendência Nacional da Marinha Mercante) e poderão decretar greve por tempo indeterminado. A categoria, que congrega estivadores, conferentes, consertadores e vigias portuários, reúne 12 mil operários. Eles reivindicam 121,43% de reposição salarial, baseando-se nos estudos do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas) sobre as perdas no poder aquisitivo da categoria desde março passado.

Os trabalhadores santistas já se encontram em estado de greve, aguardando a decisão da assembleia. Eles recusaram a proposta feita pela Federação Nacional dos Estivadores e a Sunaman, que previa uma antecipação salarial de 68,4%, a ser descontada na data-base da categoria, em 1º de março. “Não precisamos de antecipação, mas sim de reposição salarial”, explicam os dirigentes do sindicato local dos estivadores.

Chantagem patronal

A greve dos trabalhadores rodoviários do Rio de Janeiro não durou mais do que 16 horas. Foi o suficiente para que os grevistas conseguissem a sua principal reivindicação: aumento de 50%, ou seja, a equiparação com os seus colegas rodoviários de São Paulo que têm seu piso salarial fixado em Cz\$ 22.500,00. Os patrões, por seu turno, manobravam ainda no final da semana passada, para efetivar o repasse desses custos para o preço das passagens, com o objetivo de chegar também aos Cz\$ 20,00 que se cobra em São Paulo. O prefeito Saturnino Braga declarou que poderá aumentar no máximo para Cz\$ 14,00.

A verdade é que a população do Rio não tem tido vez nesta discussão toda. Para se fazer ouvir, no último episódio dos aumentos de ônibus cariocas, teve que ir às ruas em manifestações violentas até que o juiz que então autorizara um aumento descabido voltasse atrás. A Secretaria de Transportes Municipal e os empresários do setor não dão qualquer satisfação à opinião pública. E, sintomaticamente, a diretoria sindical acabou por silenciar a respeito do não repasse para o preço das passagens, acabando por se desacreditar junto à própria categoria e também diante do público carente de transporte. (da sucursal)

Carnaval sem avião

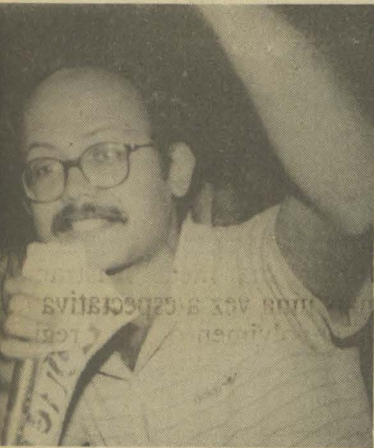
Em assembleia realizada no último dia 12, aeronautas e aeroviários de São Paulo decidiram deflagrar uma greve por tempo indeterminado a partir do dia 12 de fevereiro — véspera do Carnaval. Segundo os dirigentes sindicais, o dia 11 será o prazo final para que as companhias aéreas se definam sobre o fim das punições, índice de reajuste salarial e se comprometerem a seguir as determinações do Tribunal Superior do Trabalho, que julgou o dissídio da categoria no final do ano.

A luta contra as punições e pelo aumento continuará se dando a nível nacional, englobando uma categoria com cerca de 50 mil trabalhadores. Em dezembro passado, aeroviários e aeronautas de todo o país paralisaram suas atividades por 48 horas. Na ocasião as empresas aceitaram conceder apenas 57% de aumento para os aeronautas e 60% para os aeroviários. Mas esses índices ainda foram aplicados de forma desigual e discriminatória pelas companhias. Agora a categoria reivindica a unificação do índice do reajuste, reposição de 27% e garantia de que sejam respeitadas as determinações do TST, como horas-extras em dobro e 50% para os vôos noturnos.

Estudantes punidos

Lembrando o período negro do regime militar, três faculdades cariocas — Nuno Lisboa, Suesc e Suam — expulsaram recentemente cerca de 60 estudantes, entre os quais três diretores da UEE-RJ e várias lideranças da tendência estudantil Viração. A Suesc e a Suam impediram que os universitários se matriculassem e a Nuno Lisboa instaurou inquérito administrativo para punir os alunos que lideraram o movimento contra os abusivos aumentos das mensalidades no primeiro semestre do ano passado.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), seção RJ, decidiu dar apoio jurídico aos universitários atingidos. Já a União Estadual dos Estudantes desenvolveu uma campanha para denunciar as perseguições políticas arbitrárias nas três faculdades. (da sucursal)



Renildo e Barroso acham que plenária deve “acertar as contas”



Foto: Domingos de Abreu Miranda

VIRAÇÃO

Muitas novidades no VII Encontro Nacional

Compreender em profundidade a crise brasileira e preparar-se para um ano que será marcado por definições políticas importantes; debater ameaças sérias que surgiram nos últimos meses diante do movimento pela democratização da Universidade; e enfrentar com coragem temas decisivos para o avanço das lutas estudantis, como a reorganização das entidades de base, a atenção com o trabalho cultural e esportivo e a participação mais intensa nos concorridos encontros de curso. Esta ampla pauta de trabalhos estará à espera dos estudantes que se deslocarem a Maceió entre 2 e 7 de fevereiro para participar do VII Encontro Nacional da tendência Viração. Na última semana, Gisela Mendonça e Augusto Madeira, membros da coordenação provisória de Viração, adiantaram para a **Tribuna Operária** informações sobre o evento.

O encontro deste ano, o primeiro que a tendência realiza desde que foi afastada da diretoria da UNE, terá importantes novidades em relação aos anteriores. “Desta vez, por exemplo, haverá destaque especial para a estruturação orgânica de Viração, um tema que antes vinha sendo tratado apenas secundariamente”, explica Gisela. “Além disso — acrescenta ela — a própria estrutura do encontro foi modificada para permitir um tratamento mais aprofundado dos assuntos em debate, muitos deles polêmicos para a maior parte dos ativistas do movimento estudantil. Em cada tema, haverá divisão dos participantes em grupos de estudo, o que garante participação mais ativa de cada um”.

Fernando Collor

Mas as novidades não pa-

ram por aí. Na discussão sobre a crise brasileira, o Encontro contará com a participação do governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, que tem se destacado por sua postura de oposição decidida ao governo Sarney. A presença de Collor e do líder do PCdoB na Constituinte, Haroldo Lima, deve ser suficiente para garantir um debate rico sobre os desafios e as perspectivas que se colocam para as forças progressistas em 88.

O tratamento do tema “Rumos da Universidade Brasileira” não será menos atraente. Augusto Madeira avisa que a discussão estará orientada para alguns assuntos que deverão agitar o meio universitário este ano, mas que até agora foram insuficientemente debatidos nas escolas. Um deles é a drástica redução do volume real de verbas destinado pelo governo ao ensino superior em 88 (apenas 120% mais que em 87, quando a inflação no período foi de 365%). Outro é a luta para enfrentar um movimento que foi desencadeado recentemente por certos setores da cúpula universitária para derrubar conquistas democráticas que se firmaram nos últimos anos, como as eleições diretas para reitor. Para tratar destes assuntos, está confirmada a presença de dois importantes estudiosos da educação brasileira: o professor Jacques Velloso, coordenador do Forum Nacional por uma Educação Democrática na Constituinte, e o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Horácio Macedo.

DENÚNCIA DA DIRETORIA

Finalmente, o tema “Movimento Estudantil”, que será abordado por Aldo Arantes, Aldo Rebelo e pela própria Gi-



Gisela e Madeira: insistindo na convocação em cada Estado

sela terá tratamento especial, para permitir o debate detalhado de quatro aspectos: a situação do trabalho nas entidades de base, as formas de intervir nos encontros por curso, a atuação da tendência na oposição à diretoria da UNE e o tratamento das atividades culturais e esportivas dado pelas entidades estudantis. Gisela explica que a discussão deste tema tem sido considerada fundamental pelos coordenadores de Viração, “primeiro porque estão se concretizando nossas advertências quanto à possibilidade de partidização e de um imobilismo profundo na UNE; segundo, porque é preciso preparar as lideranças estudantis tanto para denunciar constantemente a direção da entidade quanto para forjar a partir de cada escola uma alternativa a ela”. A preocupação com este último aspecto é tão grande que haverá um debate especial sobre Cultura, em que estarão presentes o cineasta Silvio Tendler (autor de “Jango”) e o escritor Clóvis Moura.

ESPORTE E CULTURA

Realizado às vésperas do Carnaval, o Encontro Nacional de Viração será rico tam-



Foto: Aguiinaldo Zordenoni

mem contato mais direto com nossas propostas”, diz Madeira. Além disso, deverá ser o ponto de partida para uma nova fase organizativa na história de Viração. “Pretendemos partir para a organização de núcleos de Viracionistas em todas as Universidades, e elegemos uma Coordenação Nacional permanente para dirigir a corrente”, completa ele.

PREPARAÇÃO NOS ESTADOS

No último dia 13, ao falar para a “Tribuna”, Madeira e Gisela comentavam que a concretização de todos estes objetivos dependia, entretanto, de algumas providências bastante concretas. Eles disseram esperar que os núcleos de Viração que estão organizando em cada Estado a ida de delegações a Maceió dessem um impulso ainda maior em sua atividade, para divulgar entre um grande número de estudantes a realização do Encontro e para garantir meios de transporte aos que se interessarem em participar.

Saiu o número 4

A nova edição da revista *Debate Sindical* trata das Comissões de Fábrica, do reformismo no movimento sindical e das consequências da recessão — entre outras matérias. Adquirir seu exemplar por apenas Cz\$ 80,00. Fone: 37-7300. Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, São Paulo, CEP 01050. Plantão diário das 8 às 10 horas.



Centro de Documentação e Informação da Fundação Maurício Grabois



fala o POVO

Eduviges, operária metalúrgica consciente, revela como tem sido explorada desde muito jovem. É uma pequena história de como o capitalismo sempre procura sugar o máximo dos “escravos modernos”. Mas revela também a fibra dos que, na expressão de Marx, serão os covéis deste sistema. E um operário da construção civil complementa o retrato desta realidade denunciando a miséria dos que adoecem. Caro leitor, continue escrevendo para o seu jornal. As dificuldades nos obrigaram a reduzir o espaço. Mas sempre encontraremos um lugar para a sua denúncia.

“O atual salário é absurdo”

Sou metalúrgica. Trabalhei numa firma de autopeças. Entrei na empresa quando era menor, em 1961. Ganhava então dezenove cruzeiros e setenta centavos por hora.

Nesta época os menores recebiam metade do salário mínimo dos maiores. Mas a produção não era a metade e sim igual. A condução não era a metade. A comida que o menor consumia também não era a metade e roupa que usava também não era a metade. Eram homens e mulheres em período de formação que enfrentavam esta tremenda injustiça.

Quando o salário foi unificado, no governo Goulart, pensam que ele foi pago logo em seguida para os menores? Demorou e muito. Eles sempre jogaram pesado, abusando da má informação das pessoas e do medo que o trabalhador tinha de ser mandado embora.

Eu consegui meus direitos pelo cansaço. Venci o medo, reclamei e convidei meus colegas para protestarmos juntos.

Sai desta empresa em 1975. Tinha direito a estabilidade mas os patrões me propuseram um acordo. Me ameaçaram, disseram que iam me encostar, me deixar sem nenhuma chance de arranjar outro emprego. Não aceitei e abri um processo contra a empresa. Sofri um ano de pressões. Meu lado emocional ficou



bastante abalado. Certos dias eu tinha vontade de arrebentar a cabeça de um supervisor desgraçado que havia lá. Mas, com 28 anos eu não podia aceitar a realidade de ficar sem trabalhar, sem desenvolver minhas idéias e a minha capacidade produtora.

Hoje, a situação não melhorou. Naquela época, o que eu ganhava por hora dava para comprar um quilo de feijão e

sobrava quatro cruzeiros e setenta centavos. Hoje o salário é de dois mil e quatrocentos cruzados (a carta foi enviada antes do aumento do salário mínimo). Quem ganha este salário tem que trabalhar 12 horas e uns minutos para comprar apenas um quilo de café. E umas quatro horas para um quilo de feijão. É um absurdo como caiu o poder aquisitivo do trabalhador. (Eduviges — Chácara Mafalda, São Paulo)

As misérias e humilhações do INPS

Comecei a trabalhar com 18 anos na construção civil. Em 1978, com 28 anos, já estava com problemas de pulmão devido à respiração do ar impregnado com cal e cimento. A partir daí fui “encostado” pelo INPS. Em novembro recebia, por auxílio doença, a quantia de 913 cruzados. A partir de dezembro, passei a Cz\$ 1.410. Além disto, na agência da 24 de maio, na capital paulista, sou atendido com ignorância, depois de ficar até duas horas na fila.

A última firma em que trabalhei foi a construtora Bello-ti, em São Paulo. Penso que o trabalhador precisa, no míni-

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
INPS - CUPÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIO

NOME DO RECEBEDOR	BANCO	VALOR INSCRITO
ALBERTINO LEMOS DOS SANTOS	341 15/01	4.140,49

PAGÁVEL A PARTIR DE

DATA INSCRIÇÃO	DATA PAGAMENTO	Nº BENEFÍCIO	ESP.	PERÍODO	DATA VENCIMENTO
21/20/3500	06/3626	40066017-2	94	000000001287	20/03/88

71127-2188255<-0= 400660172 94 1287 1410490

→ 400660172=94000000001287#000001410490

O auxílio doença de Albertino: é possível sobreviver com isto?

mo, de um benefício decente e do fim das filas no INPS. (Albertino Lemos dos Santos — São Paulo)

A UDR e os pobres em Altamira

Em Altamira a UDR vai se articulando. Quem são os dirigentes desta organização na cidade? Wanderlan Cruz, dono da Auto Peças Wanda, muito educado, e também fazendeiro; Armino Denardim, sócio de uma revendedora da Volkswagen, dono de fazendas e milhares de cabeças de gado; Joaquim Souza Filho, dono de várias lojas em diversas cidades do Pará, de uma transportadora e muita terra; Claudomiro Taquete, que chegou na cidade só com o diploma de médico, em 1980, e hoje tem várias fazendas e um hospital, na área mais valorizada do município — sobre ele pesam acusações de muitas trapaças contra os interesses do povo; Antônio Neto, do grupo Do-

mingues, que atualmente é chefe do Mirad na região.

Enquanto isto, o paraibano José, de 20 anos, de tanto carregar madeira lascada, no quilômetro 80 da Transamazônica — trecho Altamira a Itaitu-



Wanderlan, da UDR: contra os pobres

ba —, ficou com o ombro inflamado, foi para o hospital do Dr. Taquete e lá ficou até que a despesa chegou a 53 mil cruzados. Voltou para casa mais doente ainda, não conseguiu se alimentar, entrou em coma por inanição. Morreu em Altamira, numa pensão, para onde foi levado por sua mãe. Eu, como motorista de táxi, foi quem transportou seu corpo para o Sesp.

Para se ter uma idéia das concepções da UDR, cito duas faixas colocadas na cidade pela fazenda Selva Amazônica: “Se as cidades fossem destruídas e os campos preservados, as cidades ressurgiriam” e outra, “Mas se os campos forem destruídos, as cidades não ressurgirão”. (Ermanio — Altamira)

PROINE

Fiasco na irrigação

Mais um dos planos instituídos pelo presidente Sarney poderá não cumprir seus objetivos até o final de seu mandato. Anunciado como parte das grandes obras sociais do Palácio do Planalto, o Programa de Irrigação do Nordeste — Proine — corre sério risco de transformar-se em promessas de discursos cujo projeto não saiu do papel.



Com o Proine, este cenário certamente não sofrerá modificação

Entre outras pretensas realizações, o governo federal prevê como meta do Proine a irrigação de 1 milhão de hectares em toda a região norte-nordeste e, segundo o presidente, “tornar estas regiões num celeiro de alimentos para abastecer toda a população brasileira”. Ao final de 87, no entanto, os relatórios dos órgãos oficiais do governo apresentaram dados onde menos de 5% da meta original fora atingida. Técnicos executores do programa afirmam ser quase impossível realizar um trabalho para se chegar ao que pretendia inicialmente o presidente.

NA PRÁTICA

A TEORIA FOI OUTRA

Noves fora a incompetência sarneyzista, a princípio a idéia do Proine é positiva. A prática da agricultura irrigada pode não ser a solução, obviamente, para os problemas de uma região com profundas contradições, no caso, o Nordeste. Todavia, as dimensões territoriais e a população com que conta o Brasil atualmente. Para o Nordeste, a irrigação apresenta-se como uma questão peculiar (considerando as incertezas do clima que põe em dúvida as possibilidades de colheitas efetivas de safras), além do aspecto estratégico para o seu desenvolvimento. Outro fator a considerar é a geração de empregos. Pesquisa realizada pela Sudene, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, indica que a irrigação possibilita a obtenção

de aumento de empregos, da produtividade e da renda.

AS INSUFICIÊNCIAS DO PROGRAMA

Do ponto de vista político, o conteúdo do Proine e a sequência de sua execução mostram o caráter que se procurou adotar no projeto. Próprio da política fisiológica do Planalto, o programa de irrigação privilegiou aqueles Estados onde o apadrinhamento com Sarney é mais frutífero e valendo-se da represália para quem contrarie as vozes do poder, como foi o caso do governador Fernando Collor de Melo, de Alagoas, que apareceu como um dos menos favorecidos dos 23 mil e 600 ha irrigados pelo Proine no ano passado em toda a região norte/nordeste. Dentre os projetos encaalhados no BNB, o Estado não possui um sequer para análise, dados apresentados no próprio relatório dessa instituição. O Proine reflete outra característica do governo Sarney: a desestatização. O programa em curso concede completa prioridade à iniciativa privada, fornecendo-lhe altos investimentos e liberando créditos facilitados. Como agravante, o Proine segue sem a implementação da Reforma Agrária, o que, segundo o ministro da Irrigação Vicente

Fialho, adiantou no seminário “solução nordeste”, promovido em novembro passado pelo jornal “Gazeta Mercantil”, “constituiu-se num entrave ao sucesso do programa de irrigação em todo o país”.

Tecnicamente, o programa sofre com a falta de material humano capacitado e suficiente para atender os projetos que se encontram em carteiras para análise e aprovação, engavetados no Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, Sudene etc. Conforme relatório do BNB, principal órgão repassador dos recursos do Proine, existem 460 projetos com custos aproximadamente de 2,160 bilhões de cruzados para a irrigação de 14.575 hectares nas mais variadas áreas da região, à espera das exigências burocráticas do programa.

Ciente dos previsíveis maus resultados, os técnicos do governo preparam ampla campanha publicitária para incentivar os agricultores a recorrer ao programa de irrigação. O que se prevê, entretanto, é que o Proine não conseguirá atingir sua meta frustrando mais uma vez a expectativa de desenvolvimento da região nordeste, mesmo que a propaganda surta algum resultado. (da sucursal)

VENHA “PANELAR” EM SALVADOR

Salvador é sol, é mar, é alegria, é beleza...
Salvador é musical!
Em Fevereiro, Salvador vira Carnaval!

A melhor forma de brincar o Carnaval de Salvador é no PANELA VAZIA, o bloco mensagem, o bloco de luta, o bloco poesia.

O PANELA é uma forma bonita e gostosa de satirizar, de criticar os poderosos e a situação do povo sem perder o charme, a alegria, o jeito solto e gingado do Carnaval da Bahia.

É um dos blocos mais baratos, sem com isso perder a qualidade que lhe garantiu o título de campeão de 87 e diversos outros prêmios.

O PANELA é integração, é amizade, é um bloco onde um sentimento, um axé muito grande, de repente une todo mundo na maior solidariedade... O PANELA é paz. São milhares watts de potência a serviço de sua alegria e do delírio coletivo sem igual que é o Carnaval da Bahia.



FAÇA SUA RESERVA JÁ! Nossos preços: até dia 07/12 - Cz\$ 2.900,00 - a partir de 08/12 - Cz\$ 3.450,00 à vista ou em prestações MAIORES INFORMAÇÕES FONE (071) 243-6492

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CARNAVALESCA

PANELA VAZIA

“O POVO BRINCA, MAS COM O POVO NÃO SE BRINCA”

LEIANTE Fone (071) 255-9017

Tribuna Operária

lho, 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS — Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAIBA — João Pessoa: Pça. 1817 n° 116 2° andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1° andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Marinho, 370 2° andar CEP 80000 Fone: 222-9120. Londrina: Rua Sergipe, 984 sala 206 2° andar CEP 86100
PIAUÍ — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222.2044 CEP 64000
PERNAMBUCO — Cabo: Rua Vigário Batista, 236 CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiaí, 420-A CEP 59000 — Cid. Alta
RIO GRANDE DO SUL — Porto Alegre: Rua Vig. José Inácio, 687 3° andar CEP 90020. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100. Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1° andar CEP 96010. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. Novo Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. Rio Grande: Rua Gal. Vitorino, 746-A CEP 96200

RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 1° de Março, 8 2° andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — Niterói: Av. Amarel Peixoto 370 sala 808 Centro — CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. Nova Iguaçu: Trav. Renato Pedrosa, 33 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Pça. XV de Novembro, 121 sala 705 Caixa Postal: 1231 CEP 88075
SÃO PAULO — São Paulo: Rua Condesa de São Joaquim, 272 Fone 277-

3322 CEP 01318 Bela Vista. Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817 1° andar sala 2 CEP 18600. Campinas: Rua Senador Saravia, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro 180 CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2° andar, sala 12 CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195 1° andar sala 19 CEP 12200. Guarulhos: R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2° andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabaianinha, 145 sala 104 CEP 49010

A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Past-up. Fotolito e impressão: Cia. Editora Jorões. (Fone: 815-4999) São Paulo SP.

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — São Paulo - SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2° andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobreloja CEP 57000
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matias, 12 — CEP 42.800
Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, n° 1399 — 2° andar — sala 1415 — CEP 44100

Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1° andar sala 1 — Centro — CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44 1° andar Centro. Jazeiro: Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARA — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. Iguaçu: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPIRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, n° 380 casa 8 CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Ju-

PC do B na etapa final de seu registro

Na semana passada, o Partido Comunista do Brasil — PC do B — fundado em 1922, completou mais uma etapa na luta pela regularização definitiva de seu registro como partido político legal: em nove Estados — Goiás, Mato Grosso, Acre, Amazonas, Ceará, Sergipe, Espírito-Santo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal — foi cumprida a exigência de mais de 20% dos municípios com o número de filiados necessários para a convocação das convenções. Outros quatro Estados já estão em processo de conclusão: Pará, Maranhão, Alagoas e Piauí. A nível nacional o PC do B conta hoje com mais de 60 mil filiados, segundo o secretário-geral do partido, Dyneas Aguiar. Na última quarta-feira, ele concedeu a seguinte entrevista à Tribuna Operária:

TO: Qual a importância política do resultado desta campanha de filiação?

Dyneas: O êxito na campanha reflete, sem dúvida, um grande avanço do prestígio do nosso partido, que é fruto de sua atividade incansável em defesa dos interesses das massas exploradas, de sua postura política em prol das liberdades democráticas e por uma solução avançada para a grave crise econômica em que o Brasil se encontra. No presente momento, essa vitória do partido

tem também um significado de resposta à violenta campanha anticomunista — em particular contra o PC do B — desencadeada em nosso país nos principais instrumentos de comunicação de massa. Na verdade, esse ataque reflete o temor das classes dominantes em ver nosso partido consolidado política, orgânica e ideologicamente. Os comunistas sempre foram os principais lutadores, ao lado das forças progressistas, pelas transformações estruturais da socieda-

de brasileira, colocando-se nas primeiras filas dos que batam contra o imperialismo e pela independência nacional, levantando a bandeira da reforma agrária antilatifundiária. Por mais de seis décadas os comunistas têm pugnado pelas reivindicações mais caras da classe operária e em especial pelo socialismo. É por esta razão que a legalidade do PC do B fere os interesses dos poderosos. O apoio que o partido vem recebendo nesta campanha por parte dos mais variados segmentos da sociedade brasileira demonstra que as calúnias, difamações e falsidades assacadas contra o partido por elementos anticomunistas e por traidores da causa da classe operária recentemente expulsos, não atingiram seu objetivo.

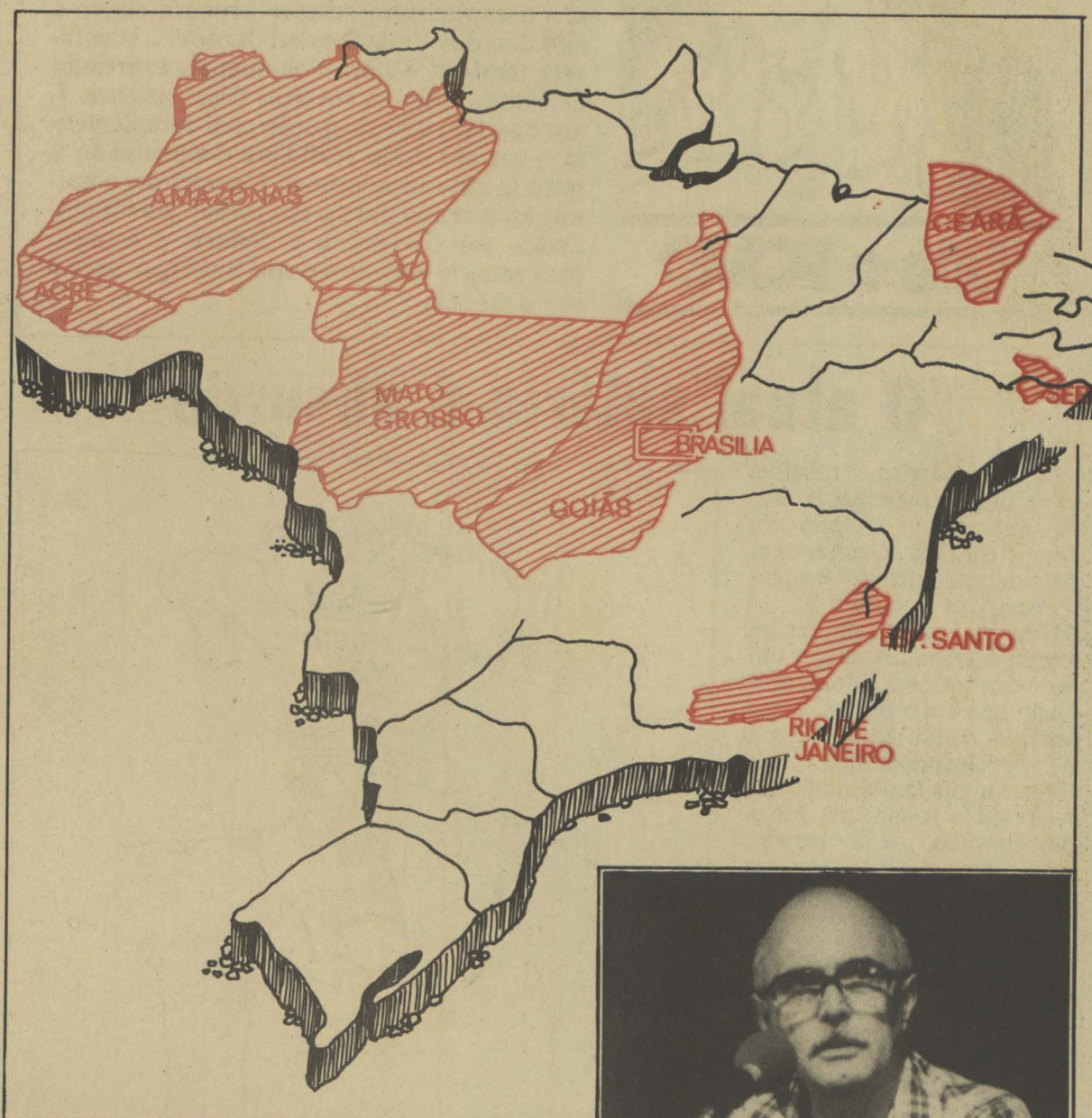
O cumprimento da legislação

TO — Qual é o porquê de se completarem exatamente os Estados citados e não outros nesta etapa?

Dyneas — Isto está em função da atual legislação que rege a vida orgânica dos partidos. Trata-se de uma lei absurda, que está baseada numa determinada concepção de partido própria dos partidos burgueses. O nosso partido precisou então começar esse processo justamente nos Estados com um número menor de exigências, o que está relacionado com a quantidade de municípios. Com a nova legislação a ser aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, várias questões poderão então ser modificadas.

TO — Quais as perspectivas da campanha daqui para frente?

Dyneas: O esforço de filiação não termina agora, mas se trata de uma tarefa ininterrupta, pois o Partido é um ser vivo que se desenvolve a todo o momento, ampliando sua área de influência e deve manter suas portas abertas a todos os que se colocam ao lado da



Dyneas Aguiar, secretário-geral do PC do B indica os grandes passos conquistados pelo seu partido rumo ao registro definitivo

emancipação econômica, social e política do povo brasileiro.

Destaque para o RJ, CE, GO e MA

TO — Quais foram os destaques desta campanha até agora?

Dyneas — Ganhamos projeção as atividades do Partido no Rio de Janeiro, onde até a semana passada já se tinha atingido a marca de 9 mil filiados. (ver quadro). O Ceará também desenvolveu uma grande campanha, com 7 mil e quatrocentos filiados. Goiás vem logo em seguida, com mais de 5 mil e o Maranhão,

com cerca de 4 mil novos filiados.

TO — Quais os próximos passos?

Dyneas — O processo agora prossegue com a realização, no próximo dia 31 de janeiro, das convenções municipais em todo o Brasil. Nos municípios que, por qualquer motivo, tenha havido atraso no encaminhamento da papelada junto aos tribunais regionais eleito-

rais, será possível realizá-las nos dias sete ou 21 de fevereiro. As convenções regionais, entretanto, deverão necessariamente ser realizadas no dia treze de março, somente naqueles Estados que concluírem as suas convenções municipais em número mínimo exigido por lei. Finalmente, a convenção nacional do partido já está marcada: será em Brasília no dia quatro de abril.

Os cariocas na frente!

O Rio de Janeiro cumpriu o seu papel político para garantir o registro definitivo do Partido Comunista do Brasil. Com a campanha de filiação, o Estado ganhou mais nove mil filiados. A estratégia utilizada pelo diretório regional foi a de garantir o cumprimento das exigências impostas pela legislação arbitrária enraizando-o ali onde é mais necessária sua implantação. Segundo Henrique Gama, membro do diretório regional, o grande ganho desta campanha foi levar ao povo suas propostas de luta e com isso constatando a grande receptividade e respeito popular pelo PC do B. Do objetivo inicial de completar 18 diretórios no Estado, o partido acabou fechando 21 zonas eleitorais,

sendo três na capital e o restante espalhados pelo Estado. Na Baixada, completaram Nova Iguaçu e São João do Meriti, e o no interior do Estado, Itaguaí, Parati, Três Rios, Paraíba do Sul, Cachoeiras de Macacu, Mendes, Cantagalo, Miracema, São Sebastião do Alto, Duas Barras, Resende, Rio Bonito, Trajano de Moraes, Cordeiro, Santa Madalena, Engenheiro Paulo de Frontin. Na Zona rural, a cidade de Paracambi. Na capital, a oitava zona, Jacarezinho (onde se localiza a maior favela do Rio de Janeiro), a 13ª zona, Jacarepaguá (a maior zona eleitoral do Brasil) e a 22ª zona, Leopoldina (região de grande influência popular do PC do B).

(Sonia Regina, da sucursal)

Metalúrgicas avaliam luta após dez anos

Entre 21 e 22 de janeiro de 1978 cerca de 350 operárias participaram do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema promovido pelo Sindicato da categoria. Estavam inscritas mais de 800 mulheres. Mas diante da ameaça de desemprego e outras retaliações e mesmo da pressão de familiares, apenas 350 se fizeram presentes.

O objetivo do Congresso era integrar a mulher ao movimento geral dos trabalhadores por suas reivindicações e levantar as denúncias dos problemas enfrentados pelas operárias nas empresas. E o encontro de fato confirmou que a mulher operária é mais explorada do que o homem em tudo. Recebem salários menores e as condições de trabalho a que estão submetidas são bem piores.

Uma pesquisa realizada entre as participantes do Congresso revelou que a discriminação começa já na admissão da operária: as empresas preferem contratar jovens solteiras. 96% das participantes eram operárias da produção, exercendo atividade junto à máquinas. Em sua totalidade exerciam funções não qualificadas ou semiqualiificadas. Apenas 2% exercia supervisão ou chefia.

A média salarial era muito baixa: 84% das participantes recebiam até um salário mínimo e meio.

O quadro de exploração da mulher trabalhadora fornecido pelo I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema refletia a situação da imensa maioria das categorias. E o que é pior: hoje, dez anos depois, o quadro se repete quase sem alterações. As conquistas, no que se refere à exploração da mulher na fábrica foram pequenas. O que mudou nestes dez anos foi o nível de consciência e parti-

cipação da mulher operária.

BANDEIRAS ATUAIS

A avaliação é de Lenice Bezerra da Silva Azevedo, diretora de base do sindicato, e única mulher na diretoria. Nice, como é conhecida pela categoria, avalia que as reivindicações levantadas pelas metalúrgicas em 1978 infelizmente ainda permanecem atuais. "Acabamos de fazer uma pesquisa nas empresas da região sobre a situação da mulher na fábrica. O material ainda não foi tabulado. Mas deu pra ver que em essência a situação permanece a mesma. Em 1978 metalúrgicas denunciavam as pressões e "cantadas" dos chefes. A sujeira dos banheiros, o controle da ida ao banheiro, a falta de creches, diferença salarial entre homens e mulheres cumprindo a mesma função, falta de anotação na carteira profissional especificando salário pago e função exercida, etc. As operárias tiveram algumas conquistas. Certas empresas passaram a pagar um auxílio creche. Em muitas, a higiene dos banheiros melhorou. Em outras, reduziu-se a diferenciação salarial. Mas foram ainda resultados muito parciais. Em recente visita à Papaiz de Diadema, por exemplo, Nice ouviu das 700 operárias da empresa reclamações quanto à higiene e ao controle da ida ao banheiro.

As mulheres também continuam sendo preteridas nas promoções. Na Brastemp, por exemplo, cerca de 70% das operárias exercem funções semiqualiificadas e 22% exercem funções sem qualificação. Apenas 2% exercem funções de chefia. Cerca de 72% das operárias não tiveram promoção, e mais de 70% têm apenas até o 1º grau completo de instrução.

O que mudou de 78 para cá?

Além de algumas conquistas pontuais quanto à melhoria nas condições de trabalho, o principal avanço das mulheres foi a participação nas lutas. Em 1980, durante a greve de 41 dias dos metalúrgicos as mulheres tiveram participação destacada inclusive encabeçando uma manifestação de protesto, com seus filhos, desafiando abertamente a repressão. Hoje o sindicato já tem uma diretora. As mulheres também começam a ter participação destacada nas Cipas e comissões de fábrica. A Resil, a Macisa, a Tressuri e outras empresas elegeram mulheres para a comissão de fábrica. Na Volks, com 35 mil operários e cerca de 3 mil mulheres a Cipa tem uma suplente.

A LUTA CONTINUA

O Sindicato pretende realizar ainda este ano um encontro de mulheres metalúrgicas para avaliar os avanços e traçar uma linha de trabalho entre as mulheres da categoria. O sindicato tem procurado estimular a participação feminina nas Cipas e comissões de empresa, apoiando as candidatas mulheres.

O trabalho é árduo. Submetida à dupla jornada, a mulher tem pouco tempo disponível para participar ativamente da vida sindical. Mas sem esta participação dificilmente a própria categoria conseguirá dar passos adiante em sua organização e na conquista de seus direitos. "Vamos comemorar o 8 de março em São Bernardo e participar do ato unificado em São Paulo este ano — afirma Nice. Esta é uma forma de mobilização das metalúrgicas. E com o encontro que deveremos realizar este ano acredito que poderemos avançar muito na mobilização e organização das companheiras."

